

»» Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PMDI
2007-2023

»» **Plano Mineiro
de Desenvolvimento
Integrado**

**Estratégia de Desenvolvimento
Estado para Resultados**

PMDI
2007-2023

Governador do Estado

Aécio Neves da Cunha

Vice-Governador

Antonio Augusto Junho Anastasia

Secretários de Estado do Governo de Minas Gerais

Governo: Danilo de Castro

Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Gilman Viana Rodrigues

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: Alberto Duque Portugal

Cultura: Maria Eleonora Barroso Santa Rosa

Defesa Social: Maurício de Oliveira Campos Júnior

Desenvolvimento Econômico: Wilson Nélio Brumer

Desenvolvimento Regional e Política Urbana: Dilzon Luiz de Melo

Desenvolvimento Social: Custódio Antônio de Mattos

Educação: Vanessa Guimarães Pinto

Esportes e Juventude: Fahim Sawan

Fazenda: Simão Cirineu Dias

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: José Carlos Carvalho

Planejamento e Gestão: Renata Maria Paes de Vilhena

Saúde: Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva

Transportes e Obras Públicas: Fuad Jorge Noman Filho

Turismo: Érica Campos Drumond

Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Norte de Minas:

Elbe Figueiredo Brandão Santiago

Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária: Manoel da Silva Costa Júnior

Auditoria-Geral do Estado: Maria Celeste Morais Guimarães

Advocacia-Geral do Estado: José Bonifácio Borges de Andrade

Governador do Estado de Minas Gerais

Aécio Neves da Cunha

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Renata Maria Paes de Vilhena

Proposição e Elaboração

Membros Titulares do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Conselho Consultivo do Projeto

Antonio Augusto Junho Anastasia

Fuad Jorge Noman Filho

Paulo de Tarso Almeida Paiva

Renata Maria Paes de Vilhena

Wilson Nélio Brumer

Coordenador do Projeto

Tadeu Barreto Guimarães

Coordenadores Técnicos

Bernardo Tavares de Almeida

Helger Marra Lopes

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG

Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Bairro Lourdes - Tel.: 0xx-31-3290.8100

30140-180 - BELO HORIZONTE - MG - www.planejamento.gov.br



» Carta do Governador

1. Introdução

2. Minas Gerais em Retrospectiva

3. A Estratégia de Desenvolvimento

4. Operacionalização da Estratégia em Áreas de Resultado

5. Bases do Estado para Resultados

6. Apêndice



Plano Mineiro de Desenvolvimento Estado para Resultados

Carta do Governador

Apresentamos a essa egrégia Assembléia Legislativa o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A inspiração central deste PMDI – Tornar Minas o Melhor Estado para se Viver –, continua a mesma lançada em 2003. O que propomos, à luz dos resultados obtidos no último quadriênio, é o refinamento da estratégia, para tornar a realidade dos mineiros mais próxima da visão de futuro almejado.

De fato, a visão de Tornar Minas o Melhor Estado para se Viver, mediante melhora contínua no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nos parece hoje muito mais real e factível do que em 2003, demonstrando que avançamos muito e que superamos severas dificuldades vivenciadas pelo Poder Público Estadual. Nesse sentido, o PMDI 2007-2023 objetiva, de um lado, consolidar os avanços alcançados e, de outro, imprimir maior eficácia às ações previstas na estratégia de desenvolvimento para 2023. O PMDI reconhece que o desenvolvimento é missão de todos e prevê ações públicas, privadas e em parceria.

Em relação aos compromissos do Governo do Estado contidos no PMDI, os últimos quatro anos foram marcados pelo êxito do Choque de Gestão e seu conjunto de medidas para introduzir no aparato estatal a concepção de um Estado que gasta menos com a máquina e, cada vez mais, com o cidadão.

Aprofundaremos essa diretriz e pretendemos construir, desde já, um verdadeiro Estado para Resultados, o que significa garantir à população serviços públicos com alta qualidade, máximo índice de cobertura e aos menores custos. Subjacentes a esse objetivo, estão a qualidade fiscal e a gestão eficiente.

Pretendemos superar a discussão sobre qual modelo de Estado queremos para Minas ou para o País: o Estado Mínimo, o Estado Fiscalista ou o Estado Desenvolvimentista. O desenvolvimentismo com irresponsabilidade fiscal trará ganhos imediatos, mas certamente insustentáveis e, por outro lado, negar a presença do Poder Público em áreas essenciais, significa negligenciar as graves desigualdades observadas em Minas. Com qualidade fiscal e gestão eficiente, é possível construir um Estado que opera de acordo com os resultados demandados pela sociedade e que produz esses resultados ao menor custo.

A modernização do conceito de Estado foi iniciada com o Choque de Gestão e permeia todo o atual Plano de Governo. De fato, a segunda geração do Choque de Gestão tem como sua principal característica, a inserção dos destinatários das políticas públicas no cerne do processo de planejamento e, a partir desse cerne, foram definidas as ações e metas para os próximos anos.

O pilar fundamental da segunda geração do Choque de Gestão é o aprofundamento de uma obsessiva busca pelo Estado de Resultados. Os destinatários das políticas públicas foram organizados em cinco eixos estratégicos:

- Pessoas instruídas, qualificadas e saudáveis - foco dos programas de educação, saúde e cultura, direcionadas a ampliar o capital humano, fator essencial para o desenvolvimento econômico e social;
- Jovens protagonistas - construindo uma forte aliança social estratégica, esse eixo pretende organizar as diversas ações dirigidas à juventude com o objetivo de ampliar a oferta de emprego, o empreendedorismo e a inclusão social dessa camada da população;
- Empresas dinâmicas e inovadoras - concede atenção especial ao crescimento econômico como a grande alavanca das transformações sociais sustentáveis por meio de programas de fomento econômico, infra-estrutura e ciência e tecnologia e da construção de um pacto estadual pela elevação da taxa de investimento e da competitividade da economia de Minas Gerais;
- Cidades seguras e bem cuidadas - mediante os programas relativos a meio ambiente, segurança pública, habitação e saneamento, o foco desse eixo é melhorar a qualidade de vida nas cidades mineiras;
- Equidade entre pessoas e regiões - programas voltados para as regiões e locais de menor IDH destinados aos segmentos mais vulneráveis, envolvem o combate à pobreza, a geração de emprego e de renda e a segurança alimentar.

O PMDI que propomos contém a estratégia 2007-2023, construída a partir destes cinco eixos e de uma ampla consulta a especialistas e dirigentes de governo nas diversas áreas. A concretização desta estratégia em um rol de ações e produtos esperados se fez mediante a definição de 11 Áreas de Resultado. Cada Área de Resultado agrega os principais desafios, objetivos e metas para a administração pública, bem como iniciativas essenciais para transformarmos a estratégia em resultados efetivos.

Os Secretários de Estado serão os responsáveis por atingir as metas definidas para as Áreas de Resultado nas quais atuarão suas respectivas secretarias. Este Governo acompanhará a implementação das iniciativas constantes nestas Áreas de Resultado através de reuniões freqüentes, nas quais serão examinadas as situações de cada iniciativa e definidas as intervenções que eventualmente se fizerem necessárias. As Áreas de Resultado, e seus principais objetivos são os seguintes:

- 1 - Educação de Qualidade: melhorar a qualidade dos Ensinos Fundamental e Médio, e contribuir para o aprimoramento da Pré-escola.
- 2 - Protagonismo Juvenil: aumentar o percentual de jovens que concluem o Ensino Médio e ampliar as suas oportunidades de inclusão produtiva.
- 3 - Investimento e Valor Agregado da Produção: ampliar o volume anual de investimentos produtivos - privados, públicos ou em parcerias - e qualificar a mão-de-obra em parceria com o setor privado.
- 4 - Inovação, Tecnologia e Qualidade: induzir uma agenda de inovação visando o aprimoramento do que já temos e o desenvolvimento do que ainda não temos, definida juntamente com os *stakeholders* relevantes, aí incluídos o setor produtivo, universidades e centros de pesquisa.
- 5 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce: aumentar o volume de investimentos privados nestas regiões por meio da atração de capitais produtivos e da melhoria da infra-estrutura, da educação, da qualificação para o trabalho e das condições de saúde e saneamento.
- 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento: expandir o percentual da malha rodoviária estadual em boas condições de conservação, otimizando custos e resultados, concluir o ProAcesso e construir, em conjunto com a União e demais Estados, uma solução para a malha federal.
- 7 - Rede de Cidades e Serviços: ampliar o número de municípios com Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) adequado, provendo, sob a ótica de uma rede hierarquizada e interconectada entre as diversas áreas, serviços públicos e privados de qualidade.

8 - Vida Saudável: universalizar a atenção primária de saúde para a população, reduzir a mortalidade materno infantil, ampliar a longevidade e melhorar o atendimento da população adulta com doenças cardiovasculares e diabetes e ampliar significativamente o acesso ao saneamento básico.

9 - Defesa Social: reduzir, de forma sustentável, a violência no Estado, com a integração definitiva das organizações policiais, enfatizando as ações de inteligência, a ampliação das medidas preventivas e a modernização do sistema prisional.

10 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva: minimizar o percentual de pobres em relação à população total, com medidas regionalmente integradas e com intensificação de parcerias nas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação e saneamento.

11 - Qualidade Ambiental: aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA) do Rio das Velhas, consolidar a gestão das bacias hidrográficas, conservar o Cerrado e recuperar a Mata Atlântica, ampliar o tratamento de resíduos sólidos e tornar mais ágil e efetivo o licenciamento ambiental.

Estes objetivos não esgotam a agenda do Governo e serão complementados por outras iniciativas, mas, acreditamos, são capazes de transformar a realidade dos mineiros. Estamos convictos de que a ação do Governo de Minas Gerais, em conjunto com essa Casa, proporcionará melhoria efetiva e mensurável na vida de todos os mineiros, de forma ainda mais marcante do que ocorreu em nosso primeiro mandato. É imperativo que a segunda geração do Choque de Gestão beneficie o conjunto da sociedade e por ela seja percebido com total nitidez.

Portanto, esta gestão será marcada pela incansável busca de justiça social em nosso Estado, pela perseguição à máxima eficácia da máquina pública, pela consolidação da qualidade fiscal e pela eliminação sistemática de entraves burocráticos e obstáculos estruturais. Assim é o caminho que este Governo percorrerá para fazer de Minas Gerais o Melhor Estado para se Viver. É o sinal do Governador para que a sociedade confie e participe de uma sólida aliança para a construção do futuro de Minas Gerais.

Aécio Neves
Governador do Estado



Sumário

Carta do Governador	1	4.8. Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva	32
1. Introdução	5	4.9. Qualidade Ambiental	34
2. Minas Gerais em Retrospectiva	7	4.10. Defesa Social	35
3. A Estratégia de Desenvolvimento	9	4.11. Rede de Cidades e Serviços	37
3.1. Visão de Futuro para 2023	9	5. Bases do Estado para Resultados	38
3.2. A Estratégia de Desenvolvimento	10	5.1. Qualidade e Inovação em Gestão Pública	38
3.2.1. Perspectiva Integrada do Capital Humano	10	5.2. Qualidade Fiscal	40
3.2.2. Investimento e Negócios	11	6. Apêndice	41
3.2.3. Integração Territorial Competitiva	13	Cenário I: CONQUISTA do Melhor Futuro	42
3.2.4. Sustentabilidade Ambiental	15	Cenário II: DESPERDÍCIO de Oportunidades	43
3.2.5. Rede de Cidades	16	Cenário III: SUPERAÇÃO de Adversidades	44
3.2.6. Equidade e Bem-Estar	17	Cenário IV: DECADÊNCIA e Empobrecimento	45
3.2.7. Estado para Resultados	18		
4. Operacionalização da Estratégia em Áreas de Resultado	20		
4.1. Educação de Qualidade	21		
4.2. Protagonismo Juvenil	23		
4.3. Vida Saudável	25		
4.4. Investimento e Valor Agregado da Produção	26		
4.5. Inovação, Tecnologia e Qualidade	28		
4.6. Logística de Integração e Desenvolvimento	30		
4.7. Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce	31		

»» O Estado para Resultados

» 1. Introdução

A realidade está em constante mutação e repleta de incertezas. Contudo, ações que busquem orientar o curso da realidade em direção ao melhor futuro serão tanto mais eficazes quanto menos improvisadas forem. Por isso, planejar o futuro é necessário: mesmo diante de todas as incertezas que ele comporta, podemos reduzi-las e administrá-las com o auxílio de cenários e desenhar estratégias para fazer o futuro desejado acontecer.

Neste sentido, em 2003, foi elaborado o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI. O PMDI é um Plano Estratégico indicativo para o Estado de Minas Gerais, consolidando um conjunto de grandes escolhas que orientam a construção do futuro do Estado em um horizonte de longo prazo e sob condições de incerteza.

O processo de revisão do PMDI, desenvolvido na segunda metade de 2006, trabalha com o horizonte de 2023 e mantém seu compromisso de responder, consistentemente, às seguintes questões:

- Onde estamos?
- Aonde podemos chegar?
- Aonde queremos chegar?
- Como vamos chegar lá?

A primeira questão, “onde estamos?”, foi respondida por intermédio de duas atividades distintas e complementares. Primeiramente, foi desenvolvida pesquisa qualitativa envolvendo Secretários de Governo, técnicos executivos e especialistas com notório saber sobre Minas Gerais. O resultado desta etapa forneceu valiosa contribuição para a reflexão estratégica acerca do momento atual vivido por Minas Gerais e pelo Governo do Estado, bem como subsidiou o processo de formulação estratégica com importantes elementos para a revisão e atualização das políticas públicas nos próximos anos.

Paralelamente, foram desenvolvidos estudos aprofundados (*policy papers*) em alguns temas relevantes para o desenvolvimento mineiro, tendo o objetivo de: diagnosticar a situação do Estado em cada área, em especial com um enfoque comparativo com outros países e com as demais

Unidades da Federação; explicitar informações estratégicas do ponto de vista quantitativo e qualitativo; e mapear importantes condicionantes do futuro de Minas Gerais.

A segunda questão, “aonde podemos chegar?”, começou a ser respondida com a atualização das condições de contorno dos ambientes nacional e mundial e a revisão dos Cenários Macro de Minas Gerais. Durante o processo de atualização do plano, os quatro futuros distintos para o Estado configurados na elaboração da primeira versão, em 2003, foram revisitados e tiveram seu horizonte de prospecção estendido para o período 2007-2023. Em seguida, foram criados oito grupos de trabalho envolvendo técnicos do Governo e especialistas convidados, com o objetivo de focalizar estes cenários em algumas áreas específicas. O produto resultante desta etapa é o detalhamento dos quatro Cenários Macro e suas respectivas focalizações. No Apêndice desse documento encontram-se os diagramas resumo dos quatro Cenários produzidos.

Em resposta à terceira questão, “aonde queremos chegar?”, foi mantida a Visão de Futuro de Longo Prazo para Minas Gerais definida na primeira versão do plano. Em 2003, foram consultados membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que redigiram “Cartas do Futuro”, descrevendo a situação de Minas Gerais a longo prazo e configurando as linhas gerais de uma imagem ao mesmo tempo desafiadora, viável, consistente, sustentável e desejável do futuro do Estado, nas dimensões econômica, social, ambiental, de informação e conhecimento e regional. Na oportunidade, esta Visão foi submetida ao Governador Aécio Neves, ao Colegiado de Gestão Governamental e aos demais membros do CDES e, sendo validada, passou a representar uma aspiração da sociedade mineira e uma referência de longo prazo para as ações do Governo do Estado e demais atores públicos, privados e do terceiro setor. Nesta nova versão do plano, a sociedade mineira continua a ser inspirada pela visão de futuro de, até 2023, fazer de Minas Gerais o Melhor Estado para se Viver.

A materialização da visão de futuro só se dará por meio de um esforço de planejamento que indique os caminhos que levarão o Estado rumo a esse futuro desejado. A Estratégia é esse caminho e representa parte da resposta à questão: “como vamos chegar lá?”. O processo de construção da Estratégia de Desenvolvimento de Minas Gerais envolveu a participação de diversos técnicos do Governo e especialistas convidados, e culminou na configuração de sete estratégias de desenvolvimento de longo prazo ancoradas no Governo, na iniciativa privada e nas organizações da sociedade civil.

Em seguida, para traduzir a Estratégia em benefícios para a sociedade, foram escolhidas onze Áreas de Resultado e os dois alicerces sobre os quais está estruturado o Estado para Resultados. Com isso, definiram-se os grandes desafios a serem superados nos vários campos de atuação do Estado. Foram detalhados os Objetivos Estratégicos específicos a cada um deles e as iniciativas que deverão ser empreendidas pelo Governo de Minas no horizonte 2011¹. Tanto as Áreas de Resultado quanto o Estado para Resultados também são parte da resposta à questão “como vamos chegar lá?” e serão abordadas neste documento.

Como consequência desta revisão do PMDI, a carteira de Projetos Estruturadores, intitulada “GERAES”, está sendo renovada para direcionar a ação coordenada do Governo e seus parceiros. Os Projetos Estruturadores são o detalhamento gerencial das ações que conduzirão o estado à visão de futuro e se constituem as principais prioridades do Governo Aécio Neves.

Portanto, o PMDI descreve a estratégia de longo prazo para o Estado de Minas Gerais. Anexos a este, existem dois documentos². O Anexo I – Cenários Exploratórios de Minas Gerais 2007-2023, apresenta toda a descrição dos cenários exploratórios além de focalizações em algumas áreas escolhidas. O volume resulta do trabalho conjunto das equipes de especialistas de cada uma das Áreas de Resultado propostas, com vistas à construção de cenários possíveis para o Estado no horizonte de 17 anos. O Anexo II – Estado do Estado, representa um diagnóstico da situação atual e da dinâmica recente de Minas Gerais em 12 temas descritos nos *policy papers* que compõem o volume.

1. Termo final do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2008-2011.

2. Os anexos poderão ser disponibilizados mediante solicitação à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

» 2. Minas Gerais em Retrospectiva

A breve análise retrospectiva de Minas Gerais, aqui apresentada, tem o propósito de evitar uma percepção excessivamente referenciada na situação atual em detrimento dos processos de longo prazo. A visão abrangente e o distanciamento crítico são essenciais para o êxito do esforço de planejamento.

A Evolução do Desenvolvimento Econômico Mineiro

O desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais começa com a atividade aurífera e a cafeicultura nos séculos XVII e XIX, respectivamente. Essas atividades foram responsáveis pelo rápido povoamento e o início do desenvolvimento da infra-estrutura de transportes do Estado.

O primeiro processo de industrialização só vem a acontecer no final do século XIX e, ainda assim, não é capaz de diminuir a dependência da economia mineira em relação às economias mais dinâmicas, como Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse período, a base da economia de Minas Gerais se restringia à atividade mineradora, aos setores tradicionais (agropecuária, produtos alimentares e têxteis) e à produção de matérias-primas e insumos pouco elaborados. Esta situação se manteve sem maiores transformações até meados do século XX.

Apenas no início da década de 50 esse quadro começou a mudar. Com investimentos direcionados para o desenvolvimento econômico e para melhoria da infra-estrutura, o setor industrial do Estado começou a crescer a taxas elevadas. Os principais motores desse crescimento foram as indústrias extrativas mineral, de minerais não-metálicos e a metalurgia.

Por outro lado, o setor primário - que tinha sido responsável pelo crescimento da economia nas décadas anteriores - teve um desempenho decepcionante. A atividade cafeeira teve sua produção intensamente reduzida pela política de erradicação do café e iniciou-se o cultivo de outras culturas nessas áreas.

O final dos anos 60 foi promissor para Minas Gerais. Nessa época, “o dinamismo da economia mineira, liderado novamente pelos setores de mineração e indústria de transformação, passou a superar o da

economia nacional como um todo”³. Nesse período, as instituições públicas de apoio e promoção industrial do Estado tomaram corpo e se consolidaram.

Como consequência, a dependência de Minas Gerais em relação ao Rio de Janeiro e a São Paulo diminuiu e a nova inserção regional mineira se deu através de sua participação na produção de bens intermediários, bens de capital e de bens de consumo duráveis.

A década de 70 trouxe mudanças estruturais para o Estado. Minas Gerais experimentou “a diversificação e o adensamento de sua estrutura produtiva, a consolidação de novos setores, a ampliação da inserção nacional e internacional”⁴, a modernização da agricultura e a expansão dos serviços produtivos.

Ações governamentais e de agências de fomento aliadas a características favoráveis do Estado, como os recursos naturais abundantes e a existência de indústria de base, facilitaram o crescimento do setor metal-mecânico e a instalação de empresas multinacionais ligadas ao setor minerometalúrgico. Dessa forma, a pauta exportadora mineira se tornou mais diversificada, ficando menos vulnerável às oscilações nos preços das *commodities* nos mercados internacionais.

O setor primário mineiro, após amargar perda de importância relativa na primeira metade do século, começou um processo de diferenciação e modernização de sua estrutura produtiva na década de 70. A agregação de valor a seus produtos mudou o quadro anterior e fez com que Minas Gerais ocupasse, em 1980, a primeira posição no PIB agropecuário brasileiro.

Uma sensível inflexão econômica marcou a década de 80 para o estado de Minas Gerais. A indústria mineira realizou um grande esforço na ocupação de mercados internacionais, resultando em notável expansão das exportações. Por outro lado, os setores voltados para o atendimento do mercado interno sofreram perdas consideráveis.

A inflexão também atingiu o setor primário, fazendo com que Minas Gerais perdesse a primeira posição no PIB agropecuário brasileiro para o estado de São Paulo. Contribuíram, para tanto, o enfraquecimento do apoio governamental ao agronegócio e a limitada expansão da agroindustrialização. Soma-se o aumento da competição representada pelas novas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste, de fácil acesso e baixo preço da terra.

Nesse período, o setor de serviços teve desempenho destacado. Cresceu acima dos outros setores, ampliando sua participação no PIB mineiro. Entretanto, cabe destacar que isso se deu mais em função do inchaço do setor terciário do que pela expansão da parcela dos serviços produtivos.

A década de 90 foi marcada pela liberalização que transformou o panorama econômico brasileiro.

3. BDMG. “Minas Gerais do Século XXI. Volume I – O Ponto de Partida”. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. pp 18.

4. Ibid., pp 20.

Nesse contexto, Minas Gerais viu seu aparato institucional de apoio à industrialização perder eficácia, ao mesmo tempo em que emergia intensa guerra fiscal entre os estados.

Contudo, o movimento de desconcentração das indústrias de São Paulo beneficiou diretamente o Estado, na forma de uma realocação das indústrias paulistas, principalmente para o sul/sudoeste de Minas Gerais. Não obstante, a indústria mineira manteve seu caráter de baixa intensidade tecnológica ao longo de toda a década.

Por outro lado, no que diz respeito ao setor terciário, Minas Gerais recebeu empreendimentos intensivos em tecnologia. Podem-se citar os setores de biotecnologia, cujo maior centro da América Latina está localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e de tecnologia da informação.

A década de 90 não foi tão favorável para o setor primário, uma vez que o Estado viu sua participação relativa cair ainda mais, sendo ultrapassado também por Paraná e Rio Grande do Sul. A evolução do setor cafeeiro, lácteo e de carnes (principais atividades primárias mineiras) foi decepcionante, sofrendo conseqüências, principalmente da dinâmica mundial e das políticas internas brasileiras. Apenas determinados segmentos apresentaram desempenho favorável, revelando que a modernização da agroindústria não tem alcançado todo o aparelho produtivo.

Relevância mineira no cenário político nacional

Um dos aspectos mais importantes no que diz respeito à história de Minas Gerais é a sua capacidade de formar referências políticas para o Brasil. Evidência factual desse aspecto é que, ao longo de todo o regime republicano presidencialista brasileiro, excetuando-se os anos da ditadura militar, quase um terço dos presidentes tem sua origem política em Minas Gerais: Afonso Pena, Venceslau Brás, Arthur Bernardes, Delfim Moreira, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves e Itamar Franco. A predisposição mineira para formar líderes do País remonta à política do café-com-leite. Àquela época, Minas Gerais e São Paulo se alternavam na hegemonia política nacional. Esse freqüente exercício do poder criou um estilo mineiro de fazer política, cujas características peculiares são notórias nos presidentes acima citados e, ainda, nas legendárias figuras de Teófilo Otoni, João Pinheiro, Milton Campos, Francisco Campos, Jose Maria Alkimin e tantos outros.

Além do estilo próprio de fazer e exercitar a política, Minas Gerais tem também a tradição de ocupar-se de questões que transcendem suas fronteiras, constituindo-se em importante ator nas negociações interestaduais e com o governo federal.

Na linha dessa tradição, destaca-se o papel de interlocutor e mediador, desempenhado tanto pelos governadores, quanto pelas bancadas mineiras nas duas casas do Legislativo federal. Esse papel é exercido nos não raros momentos em que se torna difícil o diálogo entre os partidos e movimentos dominantes na república. É o que se tem verificado atualmente, na construção de canais de comunicação entre o governo federal e a oposição, em prol da normalidade democrática e dos legítimos interesses do Brasil.

Os anos recentes têm testemunhado a retomada do vigor político de Minas Gerais, que assumiu a liderança nacional na discussão e encaminhamento de temas importantes e de grande complexidade, como a realização da Reforma Tributária e a reconstrução do Pacto Federativo. Entretanto, apesar da importância política e econômica de Minas Gerais, tem-se observado que a repartição dos repasses federais não tem sido condizente com nossa posição na Federação. Um exemplo é a baixa relevância dos repasses da CIDE para a dimensão do problema da péssima qualidade da malha rodoviária federal do Estado.

Também merece menção o fato de Minas Gerais, nos últimos anos, ter se transformado em centro de referência de gestão pública de qualidade. O conjunto de iniciativas e procedimentos denominado “Choque de Gestão” repercute em todo o País, e tem despertado a atenção de outros governantes, de ONGs e da imprensa. O Choque de Gestão fez uma opção política original na realidade brasileira, pela aplicação generalizada do conceito de *accountability*, segundo o qual os agentes públicos prestam contas à população e produzem resultados em favor desta.

» 3. A Estratégia de Desenvolvimento

3.1 Visão de Futuro para 2023

A visão de futuro que nos inspira é tornar Minas Gerais o Melhor Estado para se Viver. Esta é a aspiração síntese da sociedade mineira.

Fazer com que Minas Gerais registre indicadores sócio-ambientais equivalentes à sua pujança econômica é o grande desafio a ser perseguido pelos atores sociais mineiros em um horizonte de longo prazo. De fato, é inaceitável que, embora seja a 3ª mais rica economia do País (medida pelo PIB), Minas continue ocupando modestas posições nos rankings sociais: em termos de distribuição de renda (Gini), ocupa a 8ª posição e, no ranking nacional do IDHM, é apenas o 10º colocado.

Posição Comparativa de Minas nos Rankings de Desenvolvimento Humano e Distribuição de Renda do País

Estado	PIB Ranking Nacional (2004)	GINI (2005)	GINI Ranking Nacional	IDHM (2005)	IDHM Ranking Nacional
Brasil		0,569		0,794	
São Paulo	1	0,532	9	0,833	3
Rio de Janeiro	2	0,557	16	0,831	5
Minas Gerais	3	0,528	8	0,799	10
Rio Grande do Sul	4	0,520	4	0,832	4
Paraná	5	0,539	12	0,820	6
Bahia	6	0,553	14	0,742	19
Santa Catarina	7	0,461	1	0,840	2
Pernambuco	8	0,587	24	0,717	24
Distrito Federal	9	0,608	27	0,872	1
Goiás	10	0,557	17	0,800	9

Fonte: IBGE, Ipeadata e FJP

No horizonte dos próximos quatro anos, com trabalho persistente e competente, pode-se melhorar bastante a posição de Minas sob a ótica do desenvolvimento humano. De pouco adiantará promover investimentos, fomentar o crescimento econômico, imprimir maior velocidade nas decisões e ações do Governo, se isso não acarretar melhoria sustentável da qualidade de vida do povo mineiro.

Essa responsabilidade demanda a formação de uma grande aliança para o desenvolvimento de Minas, congregando esforços dos Poderes Públicos Estadual e Municipal, do setor privado e dos setores organizados da sociedade mineira.

Esse é o desafio imediato e envolve não somente as forças vivas da nossa sociedade e do setor privado, mas também a de todos os que integram a administração pública, desde seus dirigentes das mais altas posições hierárquicas, perpassando por todos os servidores públicos. Contagiar a sociedade e a administração pública desse sentimento positivo, de auto-estima e de confiança para fazer um Estado melhor, é compromisso estratégico de todas as lideranças comprometidas com o melhor futuro para Minas.

Para se materializar a Visão de Futuro, é essencial que o caminho que conduzirá o Estado em direção à situação desejada seja claramente definido. A Estratégia de Desenvolvimento é este caminho, sendo, assim, o grande fio condutor das ações da sociedade mineira. A Estratégia está focada no longo prazo (2023), e fundamenta-se nas iniciativas do Governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada.



Fonte: Macroplan - Prospectiva, Estratégia & Gestão

3.2 A Estratégia de Desenvolvimento

A Estratégia de Desenvolvimento de Minas Gerais para os próximos 17 anos é o caminho escolhido para que a Visão de Futuro se torne realidade. A Estratégia de Desenvolvimento é formada por seis estratégias setoriais, que formam o núcleo propulsor do processo de transformação de Minas Gerais.

- Perspectiva Integrada do Capital Humano
- Investimento e Negócios
- Integração Territorial Competitiva
- Sustentabilidade Ambiental
- Rede de Cidades
- Equidade e Bem-estar

Para executar efetivamente esse conjunto de estratégias, faz-se necessário um aparelho estatal eficiente e que promova a plena conversão dos gastos governamentais em resultados efetivos e mensuráveis para a sociedade mineira. Por isso, ao conjunto acima listado, soma-se uma sétima estratégia:

- Estado para Resultados

Os sete elementos da Estratégia de Desenvolvimento compõem um conjunto de alto grau sinérgico, dada a grande inter-relação e complementaridade entre eles. Por isso, a materialização desse conjunto de estratégias resultará na transformação da realidade mineira como um todo.

A representação gráfica do elevado grau de articulação e complementaridade entre as estratégias, com vistas ao alcance da visão de futuro, constitui o chamado “diamante” da Estratégia de Desenvolvimento de Minas Gerais no horizonte 2007-2023, que é mostrado a seguir.

Estratégia de Desenvolvimento de Minas Gerais no Horizonte 2007-2023



3.2.1 Perspectiva Integrada do Capital Humano

As oportunidades de desenvolvimento dos países ou regiões dependem da qualidade de seu capital humano. Este é um aspecto que será reforçado no futuro, uma vez que o conhecimento é, cada vez mais, determinante para a promoção do bem-estar social, da eficiência da economia, da capacidade de inovação do setor produtivo, do uso sustentável dos ativos ambientais e do bom desempenho das instituições.

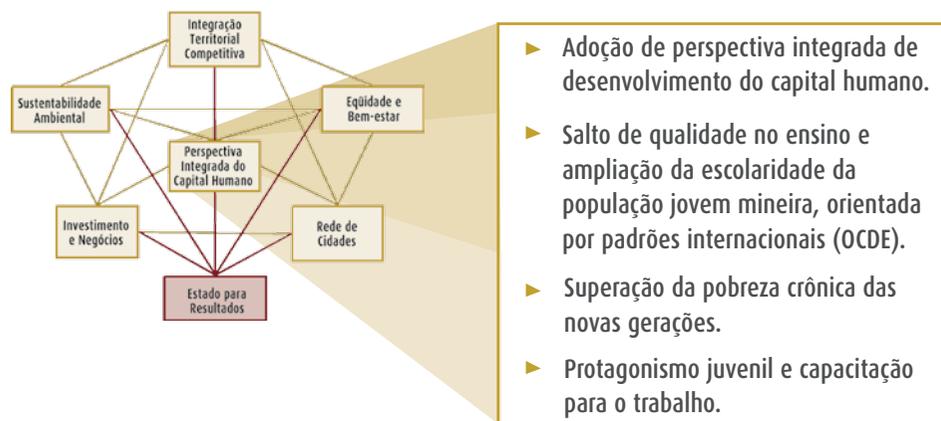
O conceito de capital humano que aqui se utiliza é mais amplo, pois inclui não apenas a escolaridade média de uma dada população e a qualidade da educação a que esta tem acesso, mas também o grau de capacidade para o trabalho dos seus habitantes, a sua vitalidade - expressa através de indicadores de saúde, nutrição - e o seu protagonismo social. Logo, o processo de se ampliar o estoque de capital humano é portador de inúmeros benefícios para o desenvolvimento sustentável.

A perspectiva integrada do capital humano desdobra-se em iniciativas complementares que visam à formação do cidadão, desde a sua gestação até o início da sua vida produtiva. A saúde materno-infantil e a nutrição na fase inicial do ciclo de vida, a educação básica e o incentivo ao protagonismo juvenil numa etapa intermediária e a formação e capacitação para o trabalho, compõem a perspectiva integrada do capital humano.

Quanto mais escolarizada e saudável uma sociedade, mais fortalecido estará o capital social do espaço socioeconômico ocupado por essas pessoas. O fortalecimento do capital social, expresso através do elevado grau de empreendedorismo e protagonismo dos atores sociais, tem implicações positivas sobre o ambiente institucional, ao acentuar o grau de cobrança de resultados das instituições públicas.

Sob o ponto de vista econômico, o principal impacto do desenvolvimento do capital humano é o aumento da produtividade da economia. O investimento em educação, desde o ciclo básico até o Ensino Superior e a formação para o trabalho tem correlação direta com o retorno trazido pelo investimento em capital físico, ampliando os níveis de renda e bem-estar. Mas esse processo de formação do jovem depende de que o mesmo tenha recebido cuidados apropriados em saúde e nutrição, pois quanto mais saudável e bem nutrida uma população, maior será a sua capacidade cognitiva e a produtividade do seu trabalho.

São significativos os fatores externos decorrentes do desenvolvimento do capital humano sob a perspectiva do ciclo de vida. Ao mesmo tempo em que uma população saudável e bem nutrida influencia positivamente os indicadores educacionais, o investimento em educação tem reflexos positivos sobre os indicadores de saúde. Mulheres mais educadas têm maior acesso à informação, com efeitos positivos para o planejamento familiar e sobre os indicadores antropométricos de seus filhos. Além disso, crianças cujos pais têm maior acesso à educação de qualidade tendem a adquirir maior escolaridade ao longo da vida. Dessa forma, o investimento no capital humano contribui decisivamente para a ruptura da pobreza inter-geracional.



Em Minas Gerais, a adoção de uma perspectiva integrada de desenvolvimento do capital humano implica a incorporação da saúde, nutrição e educação a todas as fases do ciclo de vida.

No campo da educação, Minas buscará um salto de qualidade no ensino e a ampliação da escolaridade da população jovem, orientada por padrões internacionais (OCDE). Essa melhoria deve acontecer de maneira distribuída em todo o território, com o intuito de reduzir as disparidades regionais nos níveis de aprendizado. Além disso, ao buscar diferenciar-se pela educação, Minas Gerais visará também a superação da pobreza crônica das novas gerações.

Dentro da filosofia de promover o desenvolvimento do capital humano sob uma perspectiva integrada, Minas conferirá atenção especial aos jovens. Buscar-se-á o fortalecimento do protagonismo juvenil e melhor capacitação para o trabalho por meio de iniciativas que promovam a capacidade realizadora e de contribuição social dos jovens mineiros. Também será dada atenção especial à prevenção à violência juvenil, ao uso de drogas, às DSTs⁵, principalmente com relação aos jovens em condições de vulnerabilidade social. A adequação do Ensino Médio às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho é outra preocupação precípua dessa perspectiva.

A qualidade do capital humano é peça-chave na determinação da competitividade sistêmica de determinado espaço socioeconômico, uma vez que dois dos principais atributos que a compõem são a qualificação da força de trabalho e o estoque de conhecimento existente na sociedade. Com isso, a adoção de uma perspectiva integrada do capital humano consiste em elemento fundamental para a construção de um ambiente favorável aos negócios e à promoção de investimentos.

3.2.2 Investimento e Negócios

A inserção da economia brasileira em uma trajetória de crescimento sustentado depende da superação de importantes gargalos estruturais ao desenvolvimento, que inibem o nível de investimento do País. Por isso, a construção de um ambiente econômico competitivo, estável, seguro ao investidor e atrativo ao desenvolvimento de negócios faz parte da agenda estratégica do Brasil e de Minas Gerais.

A intensificação da globalização trouxe um significativo incremento do volume de capitais financeiros e produtivos em circulação ao redor do mundo, em busca da maior lucratividade. Tem-se observado acirrada competição internacional por estes recursos, o que impõe ao Estado o papel de atrair o investimento através da melhoria da competitividade sistêmica da economia local.

Os benefícios decorrentes da promoção de investimentos como indutores do crescimento econômico

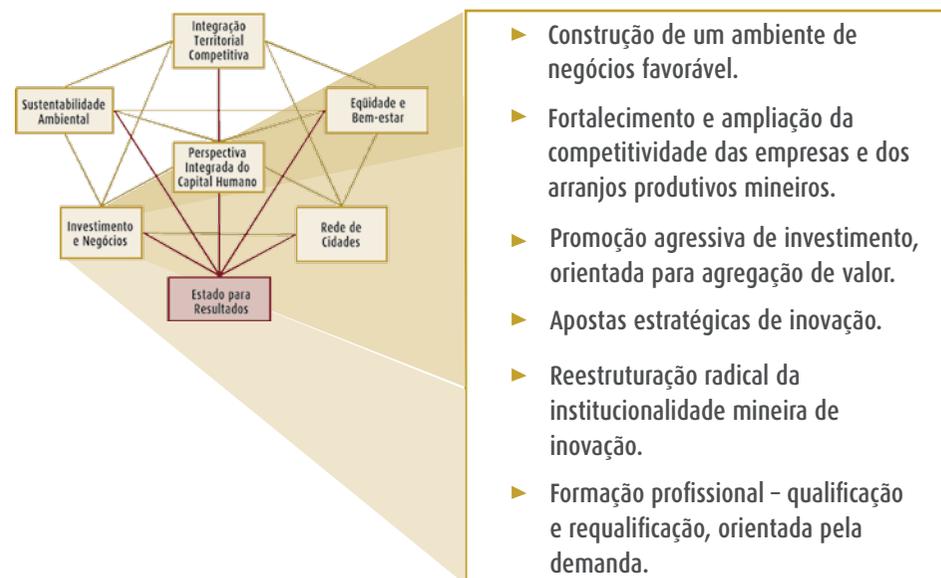
são amplamente conhecidos, uma vez que o investimento é responsável pela expansão do estoque de capital físico e da capacidade produtiva de determinada região. Além do incremento da produção, o maior volume de investimentos contribui para o fortalecimento dos elos na cadeia produtiva – visível na intensificação dos fluxos de bens e serviços – e para o aperfeiçoamento das práticas de governança corporativa, uma vez que estimula a introdução de novas metodologias e processos de trabalho e o aumento da eficiência na produção.

Soma-se a isso o papel exercido pelo investimento como canal para a transferência de tecnologia. As grandes inversões produtivas quase sempre vêm acompanhadas de aumento da capacidade tecnológica da cadeia de firmas fornecedoras, em geral empresas médias, que buscam o aumento de sua eficiência como instrumento para atender às especificações exigidas pelas grandes unidades produtivas. Além de produzir um efeito em cadeia na melhora da eficiência das empresas locais, o processo de transferência e difusão de tecnologia e conhecimento contribui, ainda, com a ampliação do acesso destas empresas aos mercados globais e às redes de produção integradas. Por isso, há forte correlação positiva entre investimentos e volume de exportações.

Embora o investimento contribua para a disseminação da tecnologia em meio ao aparelho produtivo, o processo de difusão pode ter magnitude diferenciada em função das características endógenas do ambiente econômico. Ambientes altamente competitivos e mais propícios ao desenvolvimento de negócios incrementam a transferência de tecnologia. Assim, o aumento da competitividade sistêmica da economia tem papel fundamental para a potencialização dos efeitos benéficos do investimento produtivo.

Avalia-se que os determinantes críticos para a competitividade sistêmica de Minas, medida pela Produtividade Total dos Fatores, são a produtividade da força de trabalho na zona rural, a informalidade no mercado de trabalho, os níveis de educação e especialização da mão-de-obra e a qualidade da infraestrutura. Para que ocorram avanços nessas áreas críticas, é necessário que para elas seja direcionado um maior fluxo de investimentos, o que somente será possível mediante mais articulação do poder público com o setor produtivo.

Além das áreas críticas mencionadas acima, sabe-se que o agronegócio também apresenta oportunidades para Minas Gerais aumentar sua competitividade de forma significativa e tempestiva. O mesmo se aplica às oportunidades de negócio na área ambiental.



- ▶ **Construção de um ambiente de negócios favorável.**
- ▶ **Fortalecimento e ampliação da competitividade das empresas e dos arranjos produtivos mineiros.**
- ▶ **Promoção agressiva de investimento, orientada para agregação de valor.**
- ▶ **Apostas estratégicas de inovação.**
- ▶ **Reestruturação radical da institucionalidade mineira de inovação.**
- ▶ **Formação profissional – qualificação e requalificação, orientada pela demanda.**

Nos próximos anos, por meio das ações de um Estado articulador e facilitador, Minas Gerais buscará a construção de um ambiente de negócios ágil, competitivo, descomplicado e propício ao investimento privado. Esse aumento da taxa de investimento será estimulado, ainda, por meio de uma agressiva promoção de investimentos, orientados para a agregação de valor. Já o aumento da competitividade da economia mineira será fortemente estimulado pela maior ênfase dada à qualificação profissional, orientada pela demanda e pelo aumento da agilidade e efetividade do processo de abertura de empresas e licenciamento ambiental.

Cabe ressaltar que a estratégia de fomento ao investimento e aos negócios considera indispensável que a atração e expansão de investimentos privados sejam subordinadas aos aspectos sustentáveis da competitividade. Com isso, reforça-se a necessidade de empreender uma busca pró-ativa e a negociação com investidores em modelagem do negócio, estudos de pré-viabilidade e identificação, tanto da estrutura de mercado, quanto dos potenciais investidores nacionais e estrangeiros, bem como a articulação com as políticas federais industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Aspectos tributários e de financiamento, no âmbito do Estado, são essenciais para compor o conjunto dos elementos que afetam a competitividade e criam um ambiente mais adequado aos negócios.

Apesar da ênfase que será conferida a empresas âncoras situadas nas cadeias de valor dos segmentos

minerometalúrgico, metal-mecânico, agronegócio e de construção civil, e serão feitas algumas apostas estratégicas em setores da Economia do Conhecimento através da atração de empresas de alta intensidade tecnológica. Dentre elas, destacam-se a biotecnologia, a microeletrônica, as indústrias de *softwares* e farmacocômica e a produção de biocombustíveis.

A geração e transferência de conhecimento tecnológico serão fortemente apoiadas pelo Governo. Percebe-se a necessidade de se empreender a reestruturação radical da institucionalidade mineira de inovação, com o fortalecimento da rede de Ciência, Tecnologia e Inovação e a sua aproximação com o setor produtivo, o que permitirá que a empresa mineira seja o *locus* da inovação.

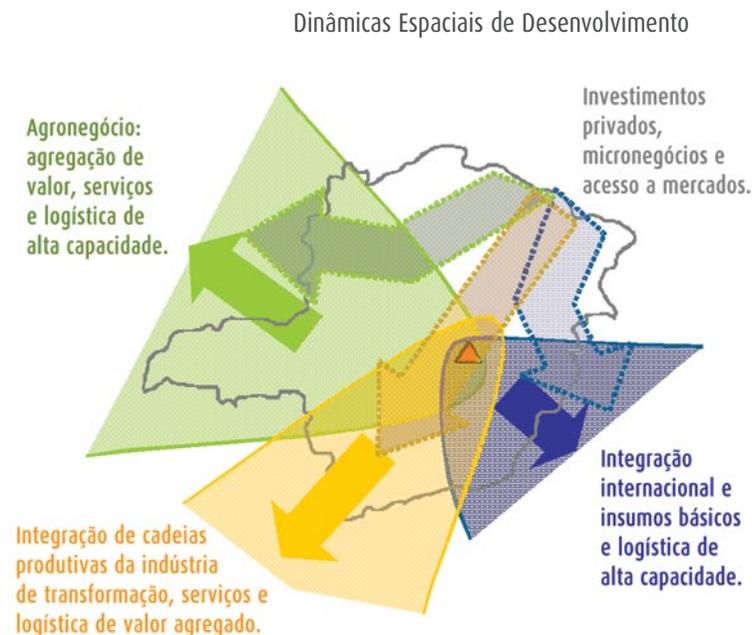
Paralelamente, deve ser perseguido o fortalecimento da competitividade e a ampliação da capacidade de inovação das empresas e dos arranjos produtivos mineiros, com atenção especial para o acesso a novos mercados, a manutenção e a ampliação dos mercados já conquistados (inclusive o mercado local), o aumento das exportações e o aumento do valor agregado de produtos e serviços.

A construção de um ambiente econômico competitivo e atrativo ao investimento pressupõe a captação de inversões produtivas mediante estratégia diferenciada por região, uma vez que cada um dos espaços econômicos de Minas Gerais é dotado de potencialidades e peculiaridades específicas. A atração dos investimentos deverá considerar os interesses das empresas já instaladas nas regiões, buscando evitar a criação de externalidades negativas.

Enfim, a promoção do investimento privado deve ser vista como elemento-chave da integração territorial competitiva do Estado, pré-condição para que os benefícios do desenvolvimento econômico sejam igualmente distribuídos por todo o território mineiro.

3.2.3 Integração Territorial Competitiva

A economia mineira está inserida em três espaços geoeconômicos distintos, cada um deles dotados de uma lógica particular de desenvolvimento.



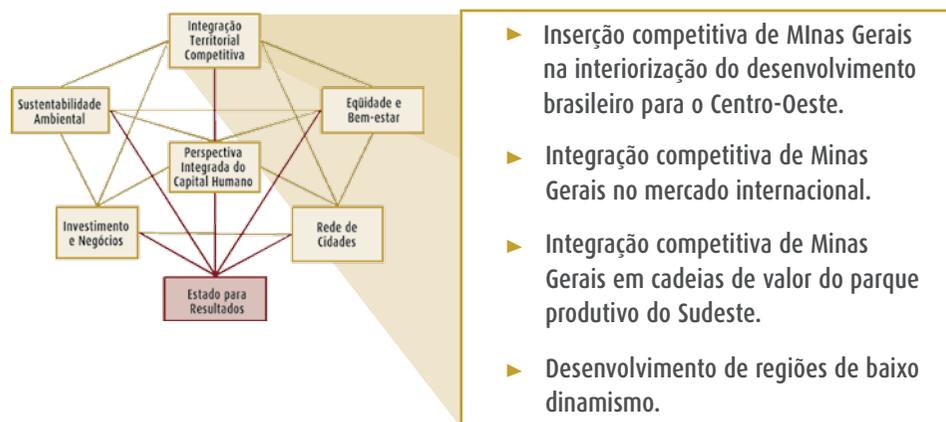
O primeiro espaço geoeconômico, com forte influência sobre a porção oeste do Estado, desenvolve-se a partir de uma lógica intrinsecamente relacionada à cadeia do agronegócio, incluindo a agregação de valor, a prestação de serviços e o escoamento da produção, por intermédio de um sistema logístico de alta capacidade.

O segundo espaço atua, predominantemente, sobre a parte leste do território e tem seu desenvolvimento orientado pela lógica internacional, destacando-se pela produção de *commodities* industriais (insumos básicos) e pela elevada integração de suas cadeias ao mercado externo.

O terceiro espaço geoeconômico atuante sobre a economia mineira situa-se na porção centro-sul do Estado e sua lógica de desenvolvimento revela elevado grau de complementaridade em relação às cadeias produtivas da indústria de transformação e de serviços da região Sudeste.

Adicionalmente, há um quarto espaço econômico mineiro localizado na parte norte e nordeste do Estado, que não se mostra efetivamente integrado em nenhuma das três lógicas de desenvolvimento citadas anteriormente. Trata-se de uma região historicamente marcada pelo fraco dinamismo econômico e pelo baixo grau de integração a mercados, cujas conseqüências são visíveis na baixa qualidade dos seus indicadores socioeconômicos.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, por sua vez, cumpre importante papel, por ter inserção articulada nos três espaços geoeconômicos e registrar grande capacidade polarizadora sobre as regiões não integradas a estas lógicas de desenvolvimento.



Nos próximos anos, o desenvolvimento harmônico de Minas Gerais, sob o enfoque territorial, vai requerer a adoção de estratégias diferenciadas de integração espacial, de acordo com as especificidades inerentes a cada espaço geoeconômico. Ao buscar uma inserção competitiva na interiorização do desenvolvimento brasileiro para o Centro-Oeste, é preciso que Minas Gerais intensifique a promoção de investimentos industriais relacionados ao agronegócio e orientados para a agregação de valor. Paralelamente, deverão ser buscados: a adequação, modernização e expansão do sistema de armazenagem, distribuição e escoamento da produção; o desenvolvimento da biotecnologia, da pesquisa agropecuária e da indústria de biocombustíveis; a prestação de serviços de formação profissional e assistência técnica orientada para o agronegócio; a adequação do suprimento de energia; e o fortalecimento da indústria de fertilizantes e insumos agrícolas.

Já a integração competitiva da economia estadual ao mercado internacional requer a atração e

promoção de investimentos industriais para agregação de valor às tradicionais cadeias produtivas minerometalúrgica e metal-mecânica e, complementarmente, no desenvolvimento de novos mercados em setores de maior conteúdo tecnológico. Adicionalmente, mostra-se de suma relevância a adequação e modernização da logística de alta capacidade para exportação (incluindo o Aeroporto Industrial), a adequação da oferta de energia e fertilizantes, o aumento da inovação tecnológica no processo produtivo, a expansão dos programas de formação profissional orientados pela demanda e o desenvolvimento dos setores de silvicultura, biocombustíveis e turismo.

A promoção de investimentos também é o principal instrumento para a inserção competitiva de Minas Gerais nas cadeias de valor do parque produtivo do Sudeste. Neste caso, as inversões produtivas deverão buscar a intensificação da complementaridade com o parque industrial do centro-sul do País, o que inclui o adensamento dos segmentos metal-mecânico, eletroeletrônico, petroquímico (pólo acrílico) e construção civil, paralelamente ao desenvolvimento de novos negócios de elevado conteúdo tecnológico (*softwares*, microeletrônica, aparelhos médicos, biotecnologia, biomédica, alimentos, farmacêutica e serviços avançados). A instalação de negócios de alto conteúdo tecnológico deverá induzir investimentos públicos e privados em infra-estrutura laboratorial para testes, ensaios, centros de prototipagem, biotério, laboratório para ensaios pré-clínicos.

Soma-se a isso a necessidade de melhoria de todo o sistema logístico para escoamento de produtos de alto valor agregado, a adequação do suprimento de gás natural e energia elétrica e a expansão dos programas de formação profissional para a indústria de transformação e serviços avançados.

A estratégia para integração espacial competitiva das regiões de baixo dinamismo é orientada pela necessidade de incorporação das mesmas à lógica de mercado. Isto requer o desenvolvimento da infra-estrutura, visando o acesso a mercados; a busca ativa de empresas âncoras; a promoção do empreendedorismo e dos micronegócios; a promoção de projetos de desenvolvimento da produção local, com ênfase na comercialização e na fixação de marcas regionais; a extensão rural e a assistência técnica permanente e a mudança radical na lógica de concepção e gestão dos projetos de produção irrigada. Para que os avanços no campo econômico tenham efeitos positivos sobre a esfera social, é preciso que se persiga a inserção regional destes investimentos, o que será possível por intermédio de iniciativas que garantam a capacitação da mão-de-obra local, o fornecimento local de insumos, o desenvolvimento da logística regional e a manutenção da sustentabilidade no uso dos ativos ambientais. Este último, por seu turno, é elemento essencial para que os benefícios trazidos pelo

desenvolvimento não se mantenham restritos a um intervalo de tempo limitado, mas também sejam aproveitados pelas próximas gerações.

3.2.4 Sustentabilidade Ambiental

Em virtude da pressão demográfica, do crescimento econômico e do desenvolvimento de novas tecnologias, o século XX testemunhou a exploração sem precedentes do meio ambiente, o que repercutiu sobre a deterioração dos grandes componentes da biosfera. Atualmente, muitas comunidades já pagam um alto preço pelo atraso na definição de critérios para o uso sustentável de seus ativos ambientais. Por este motivo, é visível o crescimento contínuo dos esforços de governos e empresas no sentido de conciliar a geração de riqueza e a obtenção de bem-estar social com a preservação da qualidade ambiental.

Há cerca de 30 anos, a legislação ambiental era incipiente e as implicações ambientais não eram levadas em consideração na análise de grandes projetos e investimentos produtivos. No entanto, esse quadro vem mudando continuamente nas três últimas décadas, e a consideração da sustentabilidade ambiental do crescimento econômico passou a ser um item importante na agenda de desenvolvimento da maior parte dos países e regiões. É fundamental que a sociedade mineira direcione a utilização de seus ativos ambientais através de iniciativas integradas nas três agendas principais do meio ambiente: a Agenda Azul, a Verde e a Marrom.



Na Agenda Azul, destaca-se a necessidade de fortalecimento do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, que aposta no compartilhamento com toda a sociedade do gerenciamento desse recurso natural básico e na implantação de instrumentos econômicos de gestão. Deve-se estabelecer um novo marco administrativo para a gestão das águas no Estado. Ainda nessa agenda, sendo Minas um Estado fornecedor de água para áreas que concentram as maiores atividades econômicas do País e ainda para a bacia do rio São Francisco, rio de integração nacional, a gestão dos nossos recursos hídricos deve garantir o desenvolvimento mineiro sem comprometer o desenvolvimento das unidades vizinhas e drenadas pelas águas que aqui nascem.

A Agenda Verde demanda iniciativas em prol da preservação dos biomas e da conservação da biodiversidade, incluindo a formação de corredores ecológicos, o fortalecimento de reservas legais e unidades de conservação e o fomento ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao uso sustentável das riquezas naturais desses biomas. Soma-se a isso a importância de uma política florestal adequada à sustentabilidade do pólo siderúrgico e de papel e celulose, e voltada também para as oportunidades dos negócios ambientais advindos do Protocolo de Kyoto.

No que se refere à Agenda Marrom, é importante que Minas aprimore a gestão da cadeia de resíduos urbanos e industriais, por meio do fortalecimento da parceria público-privada. Adicionalmente, emerge a necessidade de um sistema de gestão eficiente dos passivos, visando a manutenção das conformidades ambientais e o uso sustentável da matriz energética, bem como programas de incentivo que possam ampliar a participação dos pequenos e médios empreendimentos na busca da melhoria da qualidade ambiental.

A efetivação da Agenda Marrom também implica relacionamento estreito com as prefeituras, ressaltando-se a necessidade de se criar instrumentos, inclusive metodológicos e financeiros para incentivar as empresas e as prefeituras a tratarem mais adequadamente a gestão de resíduos.

Outra questão relevante que se coloca é a necessidade de uma política estadual com foco na redução das emissões de poluentes na atmosfera, incluindo um abrangente programa de conservação de energia de todas as fontes. Esta política se justifica não somente pelos efeitos positivos na atmosfera, mas também pelo aumento da eficiência da matriz energética mineira.

As estratégias de desenvolvimento contemporâneas devem combinar os benefícios econômicos com a melhoria dos indicadores socioambientais. Por isso, o Estado de Minas Gerais deve adotar uma visão integrada das cadeias de valor do agronegócio sob a ótica da sustentabilidade ambiental das regiões

produtoras. Destaca-se, ainda, a necessidade de que haja uma promoção de investimentos privados com fatores externalidades ambientais positivas, tendo em vista o aproveitamento das novas oportunidades surgidas, como o mercado de carbono e energia renovável de biomassa. É importante ressaltar que a preocupação internacional com a problemática ambiental pode apresentar tanto oportunidades quanto riscos, estes últimos substanciados nas barreiras comerciais contra produtos gerados a partir de processos danosos ao meio ambiente.

A sustentabilidade ambiental tem sido também ameaçada pela urbanização desordenada, que gera impactos negativos, especialmente sobre a qualidade da água e a erosão do solo. Estes impactos afetam as condições de vida das cidades mineiras. Intervir nessas questões que envolvem a rede de cidades do Estado de Minas Gerais propicia a construção de um ambiente mais saudável, agradável e seguro para se viver.

3.2.5 Rede de Cidades

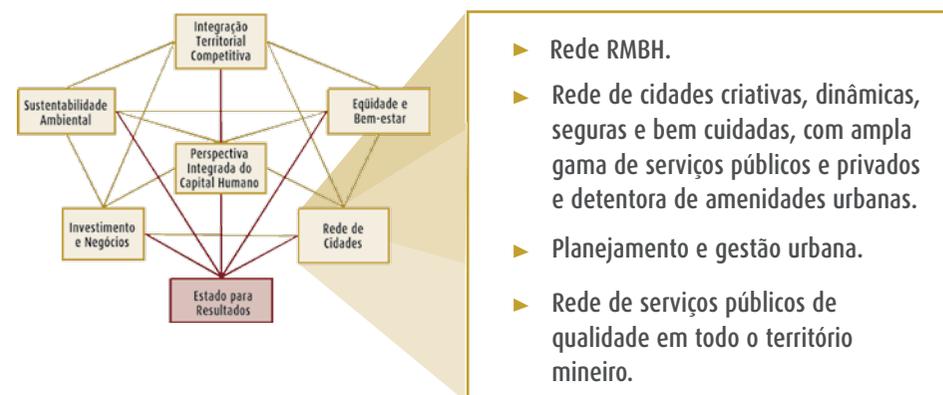
Nas duas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território, destacando-se: a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; o crescimento das cidades médias; a migração para a periferia nos centros urbanos; e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas⁶. Tal como ocorre em todo o território nacional, esses fenômenos são visíveis também em Minas Gerais.

Este conjunto de tendências na urbanização do País incorpora as transformações espaciais que a economia experimentou no mesmo período. Assim, o estágio atual da rede urbana no Brasil e em Minas representa a síntese de um longo processo de mudança territorial, orientada por fatores econômicos. Além de ser vista como a síntese das transformações atuais da economia, a rede urbana pode ser encarada também como força propulsora desse movimento. As cidades vêm se constituindo, cada vez mais, em suporte e fonte geradora de atividades econômicas, sociais, políticas e culturais. No entanto, a concentração metropolitana excessiva pode implicar em deseconomias de escala, perda da qualidade de vida da população e concentração de problemas urbanos complexos.

Ao mesmo tempo, um crescimento excessivamente concentrado e desordenado impede que seus benefícios se irradiem para cidades menos dinâmicas, o que colabora para o aprofundamento das disparidades regionais. Esse efeito é potencializado por um outro aspecto: no Brasil e em Minas Gerais,

as cidades médias têm baixa capacidade polarizadora, o que faz com que a polarização seja acentuada em favor das maiores cidades⁷.

Além disso, o desenvolvimento das cidades médias mineiras não aproveita todo o seu potencial. Nos últimos 10 anos, a melhora da educação e a redução da desigualdade e da pobreza nessas cidades vêm ocorrendo num ritmo mais lento que no Brasil e na região Sudeste.



Nos próximos anos, a sociedade mineira deverá perseguir o desenvolvimento de uma rede de cidades criativas, dinâmicas, seguras e bem cuidadas, com ampla gama de serviços públicos e privados e detentora de amenidades urbanas.

Isso requer o fortalecimento da capacidade de polarização das cidades médias, mediante a prestação de serviços que atendam sua própria demanda e aquela proveniente dos municípios de sua área de influência. Com o fortalecimento da rede, Minas Gerais será capaz de assegurar a oferta de serviços públicos de qualidade em qualquer ponto do território, segundo critérios de otimização de custos, hierarquia e escala, além de aumentar a inserção competitiva da rede de cidades mineiras nos espaços geoeconômicos nacionais. Dentre os serviços capazes de exercer esse efeito polarizador e difusor, destacam-se: saúde, educação, defesa social, formação profissional, mobilidade/acessibilidade, habitação, comunicações, saneamento, assistência social, justiça, cultura, comércio e lazer.

No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, é importante que a mesma experimente, nos

6. IPEA - "Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana", in: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília, 2002.

7. RUIZ, R. M. (2004). Rede de Cidades Comparadas. Cadernos BDMG, Belo Horizonte, v. n. 9. Outubro de 2004.

próximos anos, a ampliação de sua inserção nacional e internacional e a expansão da sua capacidade de polarização sobre o território mineiro. Os vetores para essa transformação são o desenvolvimento de sua infra-estrutura econômica e de seu sistema logístico de transportes de pessoas e cargas, a urbanização de áreas degradadas, a construção e promoção de amenidades urbanas e o avanço da governança metropolitana. O Governo do Estado tem atuado, juntamente com as prefeituras, na construção dos vetores acima mencionados e essa linha de ação exige continuidade para potencializar seus efeitos positivos.

A elaboração de um quadro de referência baseado na compreensão da rede urbana brasileira constitui importante subsídio na formulação de políticas públicas de âmbito nacional, regional e municipal. Assim, a rede de cidades também consiste em elemento de planejamento para fins de alocação dos investimentos públicos e privados. Por esse motivo, nos próximos anos, Minas Gerais reforçará seus instrumentos de planejamento e gestão de cidades, principalmente das cidades-pólo e irradiadoras do desenvolvimento, tendo sempre como foco a otimização da rede de serviços por todo o território.

Uma rede de cidades que ofereça serviços eficientes em todo o território representará grande alavanca para inclusão social das camadas menos favorecidas da população. Os mais pobres serão os maiores beneficiados com a otimização das redes de serviços públicos.

3.2.6 Equidade e Bem-estar

As condições para se edificar a equidade de uma população são dadas pela democratização das oportunidades de crescimento pessoal e de acesso aos serviços públicos e bens sociais. A pobreza, em suas diversas dimensões, representa exatamente o contrário dessa edificação. Em geral, as classes mais pobres são tolhidas em sua liberdade fundamental de agir conforme suas próprias escolhas, o que, aqueles em melhor situação econômica, dão por certo. As populações pobres, usualmente, não dispõem de condições adequadas de segurança, alimentação, moradia, educação e saúde, significando graves obstáculos para que possam alcançar melhor padrão de vida. Além disso, a pobreza está vinculada a maior grau de vulnerabilidade a doenças, crises econômicas e catástrofes naturais. Acresce-se o fato de que, em maioria, a população pobre não consegue se organizar eficazmente, de modo a incluir suas demandas nas agendas políticas e, assim, pouco pode influenciar nas decisões que afetam sua vida. A pobreza é resultado de processos econômicos, políticos e sociais interrelacionados, e que se reforçam, exacerbando as condições de privação. Escassez de bens, uso predatório dos recursos naturais, mercados inacessíveis e poucas oportunidades de emprego qualificado mantêm as pessoas na pobreza material

e, por isso, a promoção de oportunidades é um instrumento preferencial para a redução da pobreza. Por outro lado, enquanto as classes mais enriquecidas podem recorrer ao mercado privado de serviços coletivos de escala - em especial saúde e educação - aqueles que se encontram em condições de pobreza demandam, com maior intensidade, estes mesmos serviços do setor público, o qual, por vezes, não os oferece com padrões adequados e com qualidade. Por isso, a provisão adequada de serviços públicos de qualidade também é instrumento chave para a redução da pobreza.

Em Minas Gerais, a proporção de pessoas em situação de vulnerabilidade vêm se reduzindo significativamente nos últimos anos, principalmente se comparado com o Brasil e com outros estados, como São Paulo e Bahia. Contudo, a análise dos fatores determinantes dessa evolução destacou que ela ocorreu não obstante o baixo crescimento do produto, do emprego e do rendimento médio do trabalho, que atuaram negativamente sobre a variável. Assim, a explicação para a melhora dos indicadores deverá ser buscada em outros fatores, entre os quais se ressaltam a queda na desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho apenas em parte decorrente do crescimento do salário mínimo, a maior cobertura e o aumento dos gastos previdenciários vinculados ao salário-mínimo e o aumento das transferências de renda condicionadas. Nenhum dos aspectos citados acima pode ser considerado permanente e sustentável, o que reduz os méritos dos avanços nos indicadores e lança dúvidas sobre a sua manutenção a longo prazo.



Para a conquista de um ambiente de desenvolvimento sustentado que combine crescimento econômico e melhoria do ambiente social, o setor público mineiro deverá prover serviços públicos de qualidade em todo o território, em especial nas áreas de saúde – com a universalização da atenção primária e a consolidação da regionalização da atenção especializada – e educação, o que inclui a otimização da rede pública de ensino e formação profissional. A educação é fundamental para as novas gerações superarem a pobreza crônica. Requer-se, ainda, que se tenha acesso pavimentado à rede viária e de transportes; a universalização do saneamento; a ampliação das ações preventivas de defesa social; a universalização do acesso à energia elétrica; a inclusão digital e a ampliação do acesso a bens culturais.

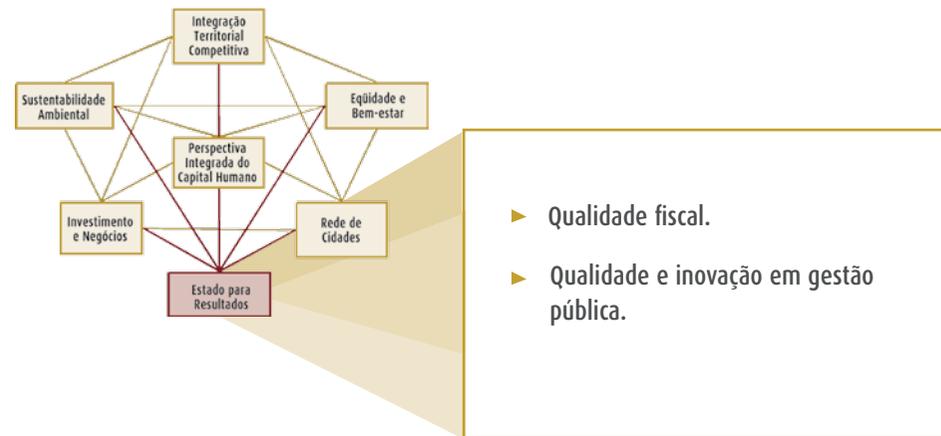
A promoção da equidade no espaço mineiro também demandará que se intensifique a inclusão produtiva dos adultos, o que poderá ser feito por meio de iniciativas que ampliem a oferta de empregos pelo setor privado, a qualificação profissional e a extensão rural, que enfrente o analfabetismo e apóie os micronegócios. Já para aqueles ainda mais vulneráveis, é essencial que a sociedade mineira incentive ações de assistência social, com foco na transferência de renda condicionada, segurança alimentar e garantia dos direitos fundamentais.

É importante salientar, ainda, que todos esses esforços devem ser realizados através de políticas públicas integradas, principalmente nos espaços de maior concentração da pobreza. Para aumentar a efetividade, é capital integrar estas políticas com as diversas ações de Responsabilidade Social das empresas.

Uma dimensão fundamental para o bem-estar da sociedade mineira é a segurança pública. A segurança objetiva e subjetiva da população mineira é importante, tanto para a redução da vulnerabilidade social - especialmente da população jovem -, como para a atração e desenvolvimento de negócios no Estado. Nestes dois aspectos relacionados com a segurança, as medidas preventivas focalizadas nos jovens demonstraram boas respostas a médio e longo prazos em termos de eficácia e de custos.

A integração das polícias, com investimentos na qualidade da ação policial e na gestão estratégica da informação, envolvendo inclusive estados limítrofes, e a adequação do sistema prisional também são diretrizes essenciais para a redução sustentável dos índices de violência.

3.2.7 Estado para Resultados



O processo de redemocratização do País, especialmente no período pós-Constituição de 1998, e a estabilidade de preços alcançada em 1994, determinaram uma nova agenda para a União e para os governos subnacionais. A abertura democrática cerceou a capacidade do poder público, na sua “marcha forçada” para industrialização, de negligenciar parcela da população que não tem acesso às oportunidades de crescimento pessoal e profissional. A principal consequência é a expansão dos gastos considerados “sociais”, registrados na forma de despesas correntes, como proporção do PIB, que cresceram de 12,1%, em 1994, para 17,3%, em 2005. Na impossibilidade de financiamento via inflação, notadamente após 1994, restaram três estratégias de financiamento para o Setor Público:

1. De 1994 a 2005, mas, principalmente, no período 1994-98, em que há não há poupança por parte do setor público, a forte expansão real nos gastos públicos foi financiada por aumento no endividamento, o que exigiu uma política monetária de retração, com adoção de juros elevados. A dívida pública, no período, aumentou de 30% do PIB, em 1994, para 51,7% do PIB, em 2004.
2. No mesmo período, observa-se uma expansão da carga tributária, que passou de 27,9% do PIB, em 1994, para 38,5% do PIB, em 2006, nível similar ao dos países europeus e superior ao do observado na Argentina, Chile, México, China, Coréia, Austrália e EUA.

3. Ainda, observa-se uma redução dos investimentos públicos como proporção do PIB, de 5,1% para 3,4%, entre 1994 e 2004.

A partir de 1998, de forma a evitar uma trajetória insustentável da dívida pública, iniciou-se um vigoroso trabalho de ajuste nas contas públicas, que teve como resultados mais expressivos a renegociação das dívidas dos Estados e Municípios e a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A renegociação das dívidas dos Estados e Municípios, capitaneada pela União, e a posterior proibição contida na LRF de revisão desses contratos, tornou compulsória a obtenção de resultados primários nos níveis subnacionais para pagamento das parcelas acordadas.

A União, de seu lado, a partir da LRF, estabeleceu e vem cumprindo metas robustas de superávit primário. Assim, o conjunto de medidas de ajuste fiscal implementado a partir de 1998, ampliou o superávit primário como proporção do PIB, de 0% (1998) para 4,6% (2004), permitindo uma estabilização e início de redução da razão dívida/PIB, a partir de 2003. O ambiente fiscal alcançado, se mantido a médio prazo, abre espaço para a redução sustentável da taxa de juros, o que permitirá, junto com outros fatores, a aceleração do crescimento econômico.

Em que pese o severo ajuste fiscal realizado, nota-se que seus resultados decorreram, mais da ampliação de receitas, do que da redução de despesas. De 2000 a 2004, a carga tributária aumentou em mais de 3% do PIB, e o superávit primário cresceu apenas 1,1%, indicando que o ônus adicional à sociedade não foi acompanhado por um correspondente esforço de redução de gastos do setor público. Ainda do lado das despesas, o crescimento dos gastos correntes pressiona a carga tributária e comprime os investimentos públicos. Os principais efeitos dessa combinação no ambiente de negócios são:

- a elevada carga tributária, sem falar na sua complexidade, retira recursos do setor produtivo e estimula a informalidade, inibindo o crescimento das empresas;
- a queda no investimento público em áreas que contribuem para a ampliação da produção não foi suficientemente compensada, o que impõe mecanismos que incentivem o investimento privado nessas áreas, impõe ao setor produtivo gargalos adicionais aos ganhos de produtividade, competitividade e crescimento.

Em conjunto, a elevação da carga tributária e a redução dos investimentos diminuíram a expansão do estoque de capital, o que explica expressiva parcela da diferença de crescimento econômico entre o período pós-Plano Real e de 1930-1980 (Pinheiro e Giambiagi, 2006).

Portanto, a expansão das despesas correntes do setor público, e não as metas do superávit primário, é a principal causa do aumento da carga tributária e redução dos investimentos públicos. Parte dessa expansão decorre da ampliação de gastos sociais voltados para a redução das severas desigualdades sociais observadas no País. É perceptível, no entanto, a deficiência do Estado na provisão de serviços públicos, principalmente quando se considera a carga tributária. Os indicadores de segurança e criminalidade, educação, tempo para abertura de empresas, entre outros, ilustram a deficiência estatal na provisão de serviços.

Do ponto de vista fiscal, a atual taxa de crescimento das despesas públicas, com impactos na carga tributária ou no endividamento, é insustentável a médio prazo. Por outro lado, apesar do forte crescimento das despesas, percebe-se que não há correspondente melhoria, perceptível pela sociedade, nos serviços públicos. Diante desse dilema, uma nova Agenda para o setor público brasileiro deve considerar, inexoravelmente, o aumento na produtividade do gasto público. Apesar de não ser uma panacéia, ganhos de produtividade melhoram a qualidade dos serviços e possibilitam redução nas despesas correntes.

Outro aspecto que necessita avanço é o processo de elaboração do Orçamento. Etapa crucial do trabalho de um governo, define o que se pretende fazer ao longo da gestão, merecendo o melhor esforço por parte dos envolvidos na sua construção. Entre outros aprimoramentos, e para efeitos deste PMDI, é importante o aprofundamento da integração entre o PPAG e os orçamentos anuais e a articulação entre os orçamentos estadual e federal.

A estratégia do Estado para Resultados pretende integrar, em Minas, a análise dos resultados para a sociedade *vis-à-vis* o ônus determinado pela arrecadação de receitas públicas, com o intuito de se obter a máxima eficiência alocativa do orçamento do Estado. O desempenho do Governo passa a ser medido, de um lado, pelos resultados mensurados por meio de indicadores finalísticos de qualidade e universalização dos serviços e, de outro, pelo custo do Governo para a sociedade. Por meio de qualidade fiscal e gestão eficiente, o objetivo-síntese da estratégia Estado para Resultados é reduzir a participação do poder público mineiro na riqueza, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) e, ainda, melhorar os resultados para a sociedade, avaliados mediante indicadores sensíveis à evolução na qualidade de vida dos mineiros, que resultam das estratégias descritas a seguir.

» 4. Operacionalização da Estratégia em Áreas de Resultado

Para que a Estratégia de Desenvolvimento conduza o Estado no rumo de sua Visão de Futuro, é preciso que as definições estratégicas sejam efetivadas através de um conjunto de ações que produzam resultados concretos e mensuráveis. As Áreas de Resultados são as “áreas focais”, onde serão concentrados os melhores esforços e recursos, visando as transformações e melhorias desejadas na realidade vigente.

As Áreas de Resultado explicitam os grandes desafios a serem superados nos vários campos de atuação do Estado. Também cabe a cada Área de Resultado detalhar quais serão os objetivos estratégicos específicos, as ações e os resultados finalísticos que deverão ser perseguidos pelo Governo de Minas.

Assim, a função das Áreas de Resultado é organizar as transformações almejadas, de forma qualitativa e quantitativa, em relação aos principais componentes da estratégia.

A interligação das Áreas de Resultado com as Estratégias de Governo e de Desenvolvimento e, por fim, com a Visão de Futuro, está representada na figura a seguir:



Cada Área de Resultado será alvo da intervenção de, pelo menos, um Grupo de Projetos Estruturadores visando obter as transformações planejadas. Tais grupos serão concebidos de forma a viabilizar uma intervenção sistêmica e combinada na Área de Resultado.

Dois instrumentos importantes para o alinhamento das ações de governo serão os Cadernos de Desafios e Prioridades e os Cadernos de Compromissos. Os primeiros detalham as definições de objetivos, indicadores, metas e projetos para as Áreas de Resultado e, os últimos, desdobram estas para as diversas secretarias. Instrumentos de contratualização de resultados, os Cadernos responsabilizam os Secretários de Estado pela gestão dos projetos e por atingir as metas que representam as mudanças de interesse da sociedade. Nesse sentido, por representarem os resultados finalísticos prioritários, tais metas serão alvo de intensivo acompanhamento por parte da coordenação de Governo.

Os Projetos Estruturadores que compõem cada grupo serão selecionados quando da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - e agrupados em função de sua capacidade transformadora e de sua sinergia potencial. Cada projeto terá um gerente executivo e será objeto de gerenciamento rigoroso.

No PMDI, cada Área de Resultado contém breve síntese dos desafios e objetivos estratégicos a ela relacionados, bem como indicadores de resultados finalísticos e as metas para tais indicadores para os anos 2011 e 2023. As iniciativas necessárias para viabilizar os resultados concluem a descrição de cada Área de Resultado.

Para a definição das metas, foram utilizados os cenários I (Conquista do Melhor Futuro) e III (Superação das Adversidades) e as respectivas focalizações⁸. Os dois cenários têm, em comum, a hipótese de que o Governo e as lideranças do setor privado, políticas, e do terceiro setor, na sua maioria, trabalharão em conjunto para construir um ambiente mineiro criativo, competitivo e inclusivo. Entretanto, os dois cenários se diferenciam pelas variáveis externas a Minas Gerais. Assim, foi adotado como critério inicial para fixar as metas uma banda, tendo a quantificação do Cenário I como teto e a do Cenário III como piso. Nesse intervalo, serão pactuadas internamente ao Governo, as metas anuais para cada indicador.

4.1 Educação de Qualidade

De todos os investimentos que uma sociedade pode fazer, o de maior retorno é o realizado na

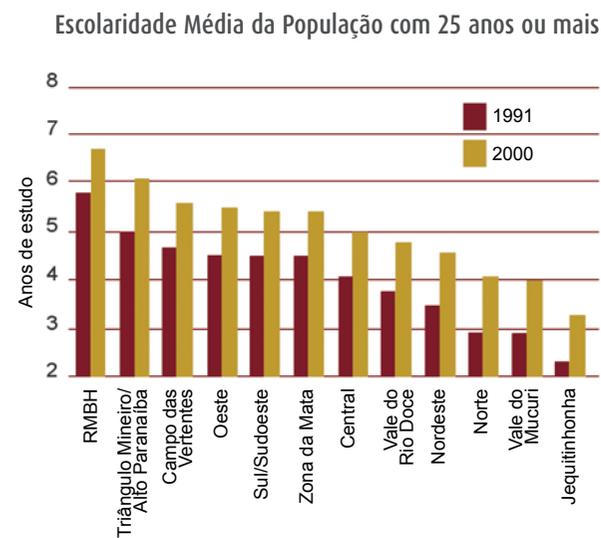
8. A versão completa dos cenários se encontra no Anexo I.

9. A média mínima satisfatória é definida pelo INEP.

educação de sua população, através de um sistema de ensino de qualidade e inclusivo. Indivíduos mais escolarizados têm melhor inserção no mercado de trabalho, maior produtividade, maior remuneração e acrescentam ao capital social de sua região. Por isso, a educação desempenha papel central no desenvolvimento de países e regiões, produzindo, para a sociedade, ganhos expressivos em termos de bem-estar social e, para a economia, níveis mais elevados de eficiência e capacidade de inovação tecnológica.

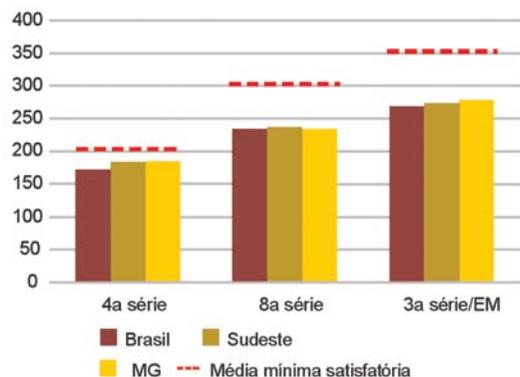
Há importantes desafios a serem superados na área educacional para que Minas Gerais conquiste seu melhor futuro nos próximos anos e, dentre eles, para que o aumento da escolaridade da população mineira venha a ocupar posição de destaque. A escolaridade média da população mineira acima de 25 anos de idade oscila entre um máximo de 6,7 anos, na RMBH, e um mínimo de 3,4 anos, no Vale do Jequitinhonha. O Estado ocupa apenas a 10ª posição no ranking nacional de escolaridade da população adulta. A escolaridade média dos países da OCDE é de 12 anos de estudo, o que aponta o distanciamento do indicador mineiro em relação aos padrões internacionais.

Melhorar a qualidade do ensino no Estado é outro desafio fundamental. Embora registre desempenho superior à média nacional nos exames de proficiência educacional, a avaliação média de Minas se encontra abaixo da média mínima satisfatória⁹. Contribuem, para tanto, as acentuadas desigualdades regionais existentes no Estado, que favorecem a manutenção de disparidades no acesso à educação pública de qualidade ao longo do território.

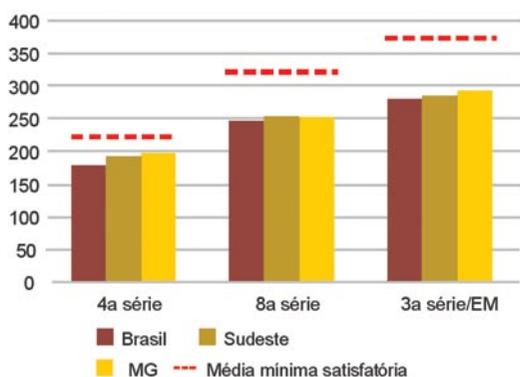


Fonte: Ipeadata

Média de Desempenho em Língua Portuguesa - SAEB 2003



Média de Desempenho em Matemática - SAEB 2003



Fonte: INEP

Para a superação de tais desafios, o PMDI preconiza que a sociedade mineira persiga, nos próximos 17 anos, os seguintes Objetivos Estratégicos:

- Promover um salto na escolaridade média da população, formada em um sistema eficiente, com altos níveis de equidade e orientado por padrões internacionais de custo e qualidade.
- Reduzir as disparidades regionais de aprendizado em Minas Gerais.
- Promover um salto de qualidade no ensino, orientado por padrões internacionais.

Os Objetivos Estratégicos, acima mencionados, deverão se transformar nos seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011	2023
Melhorar a qualidade de ensino aferida por SAEB/Prova Brasil <ul style="list-style-type: none"> • 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental • 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental • 3ª série do Ensino Médio (INEP, 2003)	Port./Mat. 183,0/195,8 232,1/250,8 273,1/291,7	Port./Mat. 200/200 266/275 312/325	Port./Mat. 220/230 300/310 350/375
Aumentar o percentual de alunos lendo aos 8 anos (SEE, 2006)	82,5%	100%	100%
Aumentar a escolaridade média dos jovens aos 15 e aos 18 anos de idade (IBGE, 2004)	6,6/8,4	7,5/10	9/12
Redução das desigualdades regionais entre as S.R.E, calculadas pela diferença $\Delta X = IQEmáx - IQEmín$ dos Índices de Qualidade de Ensino <ul style="list-style-type: none"> • 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental • 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental • 3ª série do Ensino Médio (SEE, 2006)	ΔX ΔX ΔX	66,67% ΔX 66,67% ΔX 66,67% ΔX	50% ΔX 50% ΔX 50% ΔX
Elevar o percentual de docentes do Ensino Básico com curso superior <ul style="list-style-type: none"> • 1ª a 4ª série • 5ª a 8ª série • Ensino Médio (SEE, 2005)	51% 86,9% 93,4%	70% 97% 100%	90% 100% 100%
Elevar o percentual de professores/gestores escolares com certificação ocupacional (SEE, 2006)	0%/0%	40%/100%	90%/100%
Aumentar a taxa de conclusão do Ensino Fundamental/Médio (SEE, 2005)	65,3%/46,1%	80%/70%	100%/100%
Reduzir a taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental/Médio (INEP, 2005)	23,3%/39,7%	10%/20%	3%/5%

Para atingir as metas explicitadas no quadro acima, diversas iniciativas deverão ser empreendidas em caráter prioritário. Dentre estas, destacam-se:

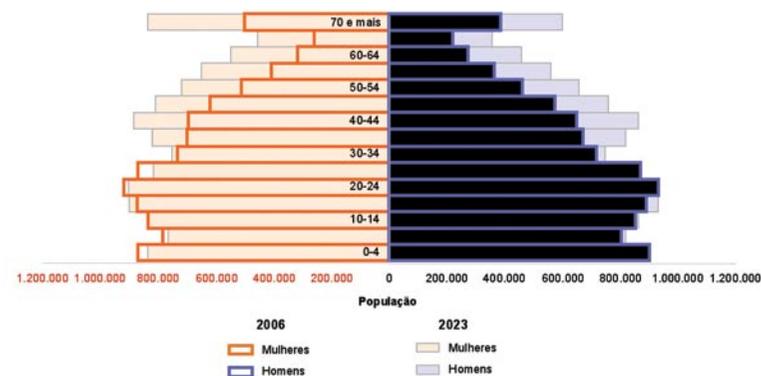
- A construção de sistemas de avaliação, com o objetivo de verificar periodicamente a qualidade do ensino em todas as escolas de Minas Gerais e subsidiar a gestão escolar orientada para resultados;
- A Escola em Tempo Integral, para aumentar o aprendizado dos alunos, por meio da ampliação do tempo diário de permanência em aula e reduzir a exposição de crianças e jovens às condições de vulnerabilidade social;
- O monitoramento do desempenho e da qualificação de professores, visando elevar a performance profissional dos professores dos ensinos Básico, Fundamental e Médio;
- A ampliação do atendimento das creches e pré-escolas às crianças em situação de vulnerabilidade social;
- A concepção e a implantação de um novo padrão de Gestão e de atendimento da Educação Básica, o qual propiciará a melhoria do desempenho das escolas por meio da gestão orientada para o aprendizado do aluno e para a eficiência operacional.

4.2 Protagonismo Juvenil

A introdução da Área de Resultado Protagonismo Juvenil no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado é tanto mais oportuna quando se examina a dinâmica da pirâmide etária do Estado esperada para os próximos 17 anos. Segundo essa evolução, ocorrerá, nos próximos anos, uma situação de forte aumento da PEA, propiciando uma janela de oportunidade para o desenvolvimento econômico mineiro.

Os jovens representam proporção importante da PEA. É necessária a preparação destes para a inserção no mercado de trabalho de forma autônoma, emancipatória e com nível de qualificação adequado. Visa-se, com isso, propiciar o protagonismo dos jovens, tanto em suas próprias vidas, como no processo de desenvolvimento que almejamos.

Evolução da Pirâmide Etária em Minas Gerais

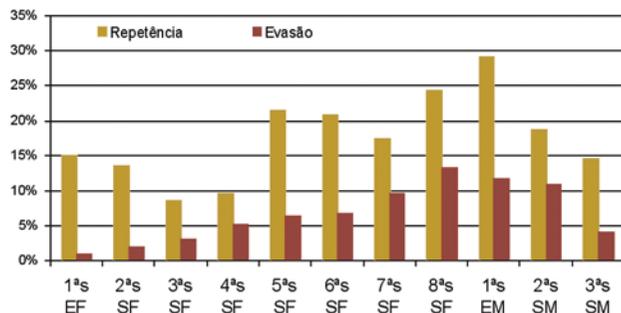


Fonte: IBGE

Os jovens e adolescentes têm importante papel na construção do futuro de Minas Gerais. Envolvendo-se em atividades de alcance social, os jovens encontram oportunidades de autodesenvolvimento como cidadãos e profissionais. Essa participação construtiva dos jovens para o desenvolvimento de um espaço mais harmônico no Estado é entendida como protagonismo juvenil. Porém, para que isso aconteça, é necessário criar mecanismos de atenção e superar importantes desafios relacionados à mobilização, capacitação e participação dos jovens.

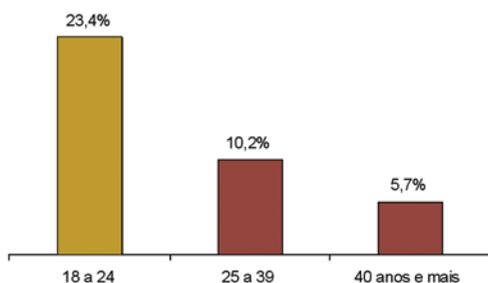
Na área educacional, o maior desafio relaciona-se ao fato de que uma das principais causas da baixa escolaridade da população mineira são a evasão e repetência no Ensino Médio. A qualidade insuficiente do ambiente de ensino e a necessidade de inserir-se precocemente no mercado de trabalho impedem, por muitas vezes, que o jovem conclua o Ensino Médio. Usualmente, os jovens que abandonam a escola o fazem para aceitar trabalhos que exijam baixa ou nenhuma qualificação profissional. Tal fato colabora para a acentuação do desemprego juvenil: aproximadamente 23% dos jovens economicamente ativos da RMBH, na faixa de 18 a 24 anos, estão sem trabalho ou estão em condição de subemprego.

Taxas de Repetência e Evasão Escolar em MG - 2004



Fonte: INEP/MEC

Taxas de Desemprego Total em MG por Faixas Etárias - Set. 2006



Fonte: PED/FJP

A violência é outro obstáculo ao maior protagonismo dos jovens. Enquanto a taxa média de homicídios no Estado, medida em número de homicídios por 100 mil habitantes, oscila ao redor de 20, observa-se que este valor é 50% maior na faixa etária de 20 a 24 anos, e mais que o dobro na faixa de 16 a 18¹⁰. O mesmo acontece com o uso de drogas: quase 85% da população de dependentes químicos em Minas Gerais iniciaram o uso de drogas na faixa etária de 12 e 24¹¹ anos.

Para propiciar à juventude mineira as condições adequadas ao seu pleno desenvolvimento pessoal e à sua inserção social produtiva, é importante que a sociedade mineira persiga, nos próximos anos, os seguintes Objetivos Estratégicos:

- Promover a capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens mineiros.
- Mobilizar a sociedade civil para a realização das ações de protagonismo juvenil.
- Reduzir a evasão escolar no Ensino Médio.
- Prevenir a violência, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce.

De acordo com o novo modelo de participação e cobrança da sociedade, os Objetivos Estratégicos deverão produzir os seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011	2023
Aumentar a taxa de conclusão do Ensino Médio	46,1% (SEE, 2006)	70%	100%
Aumentar o número de jovens participantes nos grupos estruturados e ativos da Aliança Social Estratégica pelo Jovem	N/A	100 mil jovens	N/A
Reduzir as taxas de homicídios entre jovens de 15 e 24 anos (por 100 mil habitantes)	47 (CRISP, 2006)	25	7
Aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos (percentual do total de jovens entre 15 e 17 anos cursando o Ensino Médio)	65,78% (SEE, 2006)	75%	85%

Para que os objetivos possam ser alcançados, gerando resultados efetivos para a sociedade, será preciso concentrar esforços para concluir algumas iniciativas prioritárias, das quais cabe mencionar:

- Implantar a Aliança Social Estratégica pelo Jovem, promovendo, por meio dos Conselhos Municipais de Juventude e de parcerias com o terceiro setor, a capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens;
- Implantar a Poupança Jovem como forma de ampliar o índice de conclusão do Ensino Médio por jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Expandir os índices de conclusão do Ensino Médio, reduzindo as taxas de repetência e evasão;
- Ampliar a oferta e melhorar a qualidade do Ensino Profissionalizante;
- Consolidar os projetos Escola Viva, Comunidade Ativa, objetivando estreitar os laços entre as escolas localizadas em áreas de risco social e suas respectivas comunidades de abrangência, e o Fica Vivo,

10. Datasus, dados de 2002.

11. Fonte: Centro de Acolhimento SOS Drogas - MG 2006, a partir de pesquisa realizada entre março de 2004 e julho de 2005, com 537 usuários de drogas atendidos pelo Centro.

com vistas a desmotivar o ingresso de jovens em atividades ilícitas, por meio da disponibilização de atividades socioeducativas e profissionalizantes, voltadas para sua inclusão social;

- Para as áreas rurais, apoiar a expansão do método da pedagogia da alternância, por meio das Escolas Família Agrícola e o Ensino Profissionalizante.

4.3 Vida Saudável

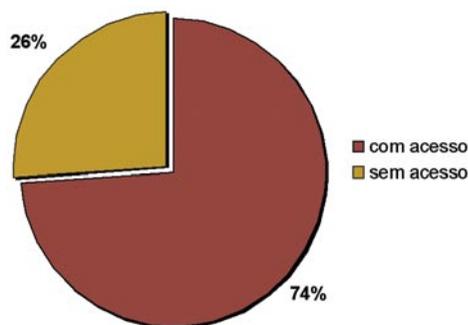
A saúde – entendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidades –, é vista como um direito universal. Nesse sentido, para que o acesso à saúde em Minas Gerais seja universal, importantes desafios devem ser superados.

O envelhecimento da população será responsável pela mudança do perfil epidemiológico do Estado, na forma de maior incidência de doenças crônicas, em especial diabetes e cardiovasculares. Da mesma forma, com a existência de uma população mais idosa, os gastos *per capita* com atendimento e internações hospitalares devem aumentar.

Além disso, as doenças relacionadas a fatores de risco à saúde, como tabagismo, obesidade e drogas, já fazem parte da realidade de Minas Gerais e exigem medidas específicas. Ações de prevenção e conscientização, além de apoio à recuperação dos doentes, são esforços imprescindíveis e ainda não devidamente disponíveis no Estado.

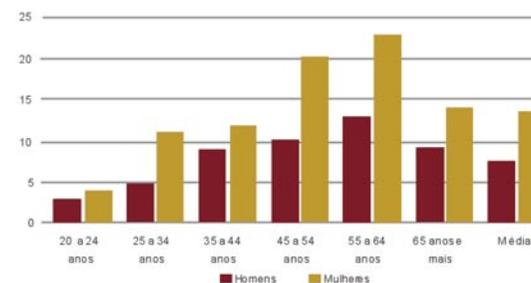
Por outro lado, a existência de gargalos ao acesso à rede coletora de esgoto vem influenciando negativamente quanto à incidência de doenças infecto-contagiosas. Isso é particularmente verdadeiro em áreas de IDH historicamente baixo – Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri –, onde o problema do saneamento é mais grave.

Acesso de Domicílios à Rede Coletora de Esgoto (%) - 2005



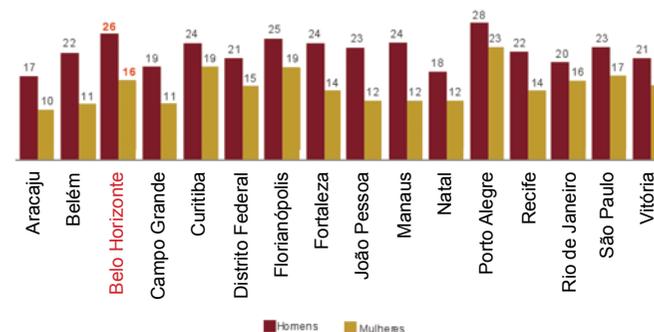
Fonte: PENAD/IBGE

Minas Gerais - Prevalência de Obesidade na População com 20 ou mais Anos de Idade, por Grupos de Idade em 2003 (%)



Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar/IBGE (2003)

Prevalência de Tabagismo entre Pessoas com 15 anos ou mais entre 2002 e 2003 (%)



Fonte: INCA *apud* 'O Controle do Tabagismo no Brasil (2004)'

Para a superação de tais desafios, este plano prevê um conjunto de Objetivos Estratégicos:

- Universalizar o acesso à atenção primária e reduzir as disparidades regionais no atendimento à saúde.
- Reduzir a mortalidade materno infantil.
- Ampliar a longevidade da população com doenças do aparelho circulatório e diabetes.
- Aumentar a eficiência alocativa e a otimização do sistema de atenção à saúde.
- Promover hábitos de vida saudável.
- Ampliar o acesso ao saneamento básico.

Os Objetivos Estratégicos, acima mencionados, deverão gerar os Resultados Finalísticos explicitados no quadro abaixo:

	Situação Atual	2011	2023
Universalização da atenção primária para a população SUS dependente (população coberta por programas de atenção primária - população SUS dependente estimada em 75% do total)	54,6% (SES-MG, 2006)	71% 70%	75%
Reduzir o APVP (Anos Potenciais de Vida Perdidos) por morte ou incapacidade		A definir	
Reduzir a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	16,1 (SIMSINASC/DIESE, 2005)	13,2 12,5	10 8
Reduzir internações por condições sensíveis à atenção ambulatorial	33% (SES-MG, 2005)	29% 27%	21% 16%
Ampliar o percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto	74% (IBGE/PNAD, 2005)	83% 81%	100% 98%

Para se atingir as metas enunciadas acima, será necessário deslanchar iniciativas, em caráter prioritário, que visem:

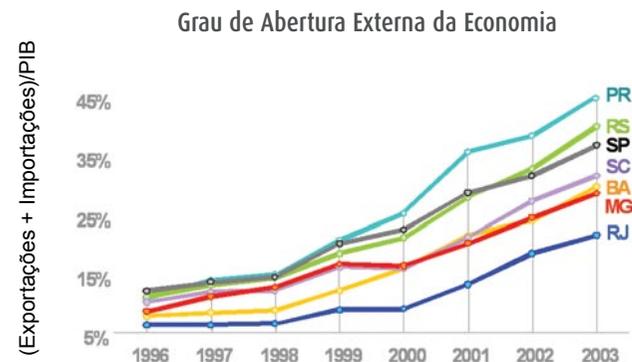
- Universalizar a oferta para a população SUS dependente e ampliar a qualidade dos serviços de atenção primária à saúde, com ênfase em ações de promoção, prevenção e assistência à saúde da família;
- Intensificar o processo de regionalização da Atenção à Saúde, para, progressivamente, adequar a oferta e a qualidade da atenção de média e alta complexidade às necessidades da população;
- Consolidar o projeto Viva Vida para reduzir a mortalidade infantil, por meio do desenvolvimento da atenção ao pré-natal, ao parto, ao puerpério, ao recém-nascido e à criança;
- Promover a saúde, por meio da ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação final de lixo e utilização de águas residuais;
- Promover o desenvolvimento físico e beneficiar a saúde por meio da prática de esportes.

4.4 Investimento e Valor Agregado da Produção

Em meio à crescente inserção internacional da economia brasileira, a agregação de valor à produção manifesta-se como importante fator para a sobrevivência das empresas nos mercados nacional e internacional, cada vez mais competitivos. Nos últimos anos, Minas Gerais, acompanhando a tendência nacional, ampliou sua integração comercial com o restante do mundo, por meio da ampliação de seu esforço exportador.

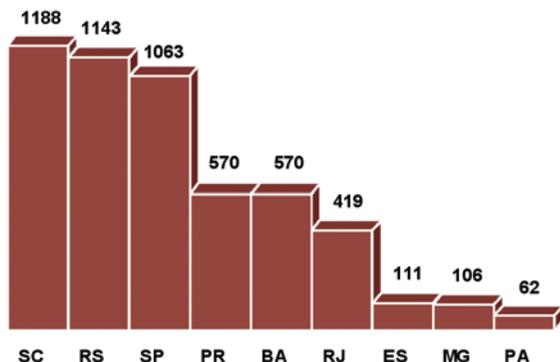
Apesar da ampliação do volume de comércio, houve oscilação na agregação de valor aos produtos exportados. Com uma intensidade de valor das exportações equivalente a US\$ 106 por tonelada, Minas Gerais ocupa apenas a 8ª colocação no ranking nacional. O Estado necessita enfrentar o desafio de aumentar a competitividade da estrutura produtiva, aumentar o valor de seus produtos e serviços exportados e conquistar novos mercados.

Além disso, outro importante desafio de Minas Gerais é o aumento da eficiência econômica de seu parque produtivo. Medida pela produtividade total dos fatores (PTF), observa-se que, nos últimos anos, a eficiência de produção da economia mineira experimentou gradual perda quando comparada a outros estados. Estudos sugerem que este resultado decorre da baixa produtividade relativa da mão-de-obra rural, maior informalidade da força de trabalho e menor proporção de trabalhadores educados e especializados em Minas. Adicionalmente, a qualidade da infra-estrutura é fator crítico para a PTF no Estado. Para a ampliação do acesso a mercados, sejam eles nacionais ou internacionais, é essencial que haja, nos próximos anos, um ganho significativo de produtividade na economia mineira.



Fonte: MDIC

Ranking da Intensidade do Valor das Exportações (em US\$/Tonelada) - 2005



Fonte: MDIC

O uso intensivo de energia é uma das características da economia de Minas Gerais, que consome 14,5% da energia utilizada no Brasil e tem participação de 10% no PIB nacional. Minas importa 60% e exporta 8% do seu balanço de energia. Importa todo o petróleo e seus derivados e todo o gás natural, correspondentes a 31% do total da energia que utiliza. Importa todo o carvão mineral e seus derivados, correspondentes a 14% do total da energia que utiliza. A energia elétrica participa com 13% do total da energia utilizada e o Estado é importador líquido de eletricidade nos anos secos. No caso do carvão vegetal, que responde por 15% do total da matriz energética, 45% vem de outros estados. Metade do álcool, correspondente a 2% do total da matriz energética, é importado.

Se, atualmente, a importação de energia não compromete a competitividade, este quadro pode sofrer modificações no futuro, pois se prevê que serão crescentes os preços dos energéticos importados por Minas.

É imprescindível que a sociedade mineira busque, nos próximos 17 anos, os seguintes Objetivos Estratégicos:

Eficiência Geral da Economia: Relação entre a PTF em Minas Gerais vis à vis UFs selecionadas

	1985	1990	1995	2000	2003	Balanco 1985/2003
BA	88,9%	101,6%	116,0%	109,0%	98,7%	▲
ES	86,4%	87,8%	84,2%	92,3%	96,6%	▲
GO	116,4%	120,2%	134,0%	134,0%	112,1%	▼
MS	96,3%	94,7%	88,8%	89,0%	76,3%	▼
RJ	91,5%	96,0%	90,8%	78,6%	75,1%	▼
SP	74,2%	69,6%	74,0%	75,1%	76,2%	▲

Fonte: CAVALCANTI. P. - "Crescimento Econômico em Minas Gerais: Uma Análise do Período 1995-2005". Policy paper, mimeo, 2006. Versão preliminar.

- Construir um ambiente de negócios favorável e atrativo aos investimentos produtivos:
 - simplificar a relação do setor público com o setor privado;
 - conferir maior agilidade e efetividade ao licenciamento ambiental.
- Implementar política inovadora e sustentável de fomento.
- Implementar promoção agressiva de novos investimentos e desenvolvimento de empresas mineiras, com ênfase na agregação de valor.
- Ampliar a taxa de investimento da economia mineira.

Os Objetivos Estratégicos acima mencionados, deverão ser explicitados nos seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011	2023
Aumentar a participação do PIB mineiro no PIB nacional	9,86% (FJP, 2005)	10,46% 10,15%	11,78% 10,74%
Aumentar a participação das exportações mineiras nas exportações brasileiras	11,6% (MDIC, 2006)	14% 13%	16% 15%
Melhorar posição no Ranking Nacional de Competitividade	7º (MBC, 2006)	5º	2º
Aumentar a participação das exportações mineiras de produtos intensivos em tecnologia nas exportações brasileiras de produtos intensivos em tecnologia	5,25% (MDIC, 2005)	7% 6%	12% 10%
Ampliar o número de empresas certificadas de acordo com o ISO 14001	59 (ABNT, 2007)	A definir	N/A
Ampliar o número de empresas certificadas de acordo com ISO 9000	622 (ABNT, 2007)	1100	N/A
Aumentar o PIB do turismo	N/A	A definir	
Ampliar a taxa de investimento total bruta	20,67% (estimativa 2005)	25% 23%	25% 23%
Aumentar o investimento em infra-estrutura (em R\$ bilhões)	4,18 (Seplog, 2006)	8,06	

Para atingir os objetivos listados e transformá-los em resultados efetivos para a sociedade, prevêem-se a priorização de iniciativas voltadas para:

- A promoção e atração de investimentos produtivos, segundo critérios de seletividade, agressividade e articulação;
- O reforço da competitividade e da capacidade exportadora, visando a inserção competitiva das empresas mineiras nos principais mercados nacional e mundial;
- A melhoria do ambiente de negócios, através da simplificação das relações entre o Estado e as empresas, tendo em vista a construção de um ambiente institucional adequado ao bom desenvolvimento dos negócios e investimentos privados;

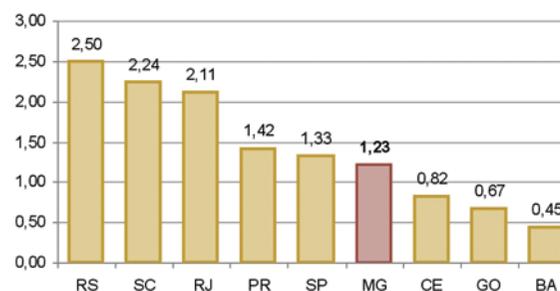
- O aprimoramento das exigências legais, inerentes ao processo de abertura e manutenção de empresas;
- A implementação de uma política tributária que considere as externalidades (positivas e negativas) das atividades produtivas;
- A ampliação da oferta de gás natural;
- A ampliação da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;
- A universalização e massificação da telefonia móvel e do acesso à internet.

4.5 Inovação, Tecnologia e Qualidade

Podemos definir inovação tecnológica como o ciclo de pesquisa/desenvolvimento e sua posterior aplicação ao ambiente de negócios. Observa-se a redução significativa e contínua do lapso de tempo decorrido entre o desenvolvimento de uma nova tecnologia e sua aplicação produtiva. A tecnologia se transformou no vetor de impulso no desenvolvimento da economia de países como EUA, Japão, e, mais recentemente, Índia e Coréia do Sul. Além disso, seus ciclos de inovação são mais curtos que a média mundial.

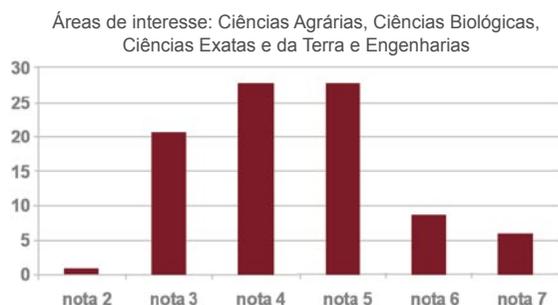
No entanto, um sistema de inovação, ainda que pujante, dificilmente produzirá incrementos para a competitividade sistêmica da economia, se não se dotar de uma agenda que leve em conta as cadeias de valor já existentes no parque produtivo, bem como aquelas que se precisa ter, mapeando as tecnologias a elas subjacentes e seus desafios. Cabe ao Governo importante papel na definição e contínuo aperfeiçoamento dessa agenda, articulando-se com os *stakeholders* relevantes, aí incluídos o setor produtivo, universidades e centros de pesquisa.

Razão entre Dispendio Empresarial e Governamental em P&D



Fonte: MCT

Número de Cursos de Pós-graduação por Nota da Avaliação CAPES Minas Gerais - 2004



Fonte: Capes

Dessa forma, os recursos públicos direcionados para inovação otimizariam seu potencial de agregação de valor, se alocados, preferencialmente, nos principais gargalos tecnológicos da economia mineira.

Na área de inovação tecnológica mineira, o principal desafio a ser superado consiste na baixa articulação entre o setor produtivo e as redes de pesquisa. Soma-se a isso o baixo grau de intensidade tecnológica dos principais setores produtivos da economia mineira, apesar das iniciativas relevantes nos campos da biotecnologia e produção de *softwares*.

Além disso, é importante que Minas amplie sua capacidade de formar profissionais com qualificação de nível internacional. Apesar de possuir uma ampla rede de Universidades Federais, existem poucos cursos de Pós-Graduação com notas altas na avaliação da CAPES, considerando-se, em especial, as áreas intensivas em tecnologia e conhecimento, como as ciências agrárias, ciências biológicas, ciências exatas e da terra e as engenharias. Ademais, a formação de profissionais de nível internacional também requer a sua inserção maciça em programas de intercâmbio de estudantes e investimento em ensino de línguas estrangeiras.

Para a superação de tais desafios, é preciso que a sociedade mineira persiga, nos próximos anos, os seguintes Objetivos Estratégicos:

- Fortalecer a competitividade e ampliar a capacidade de inovação das empresas e dos arranjos produtivos mineiros.
- Formar e qualificar mão-de-obra alinhada à demanda do setor produtivo.

- Fortalecer a rede de inovação tecnológica em todo o território mineiro.
- Fortalecer a articulação entre a rede de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e o setor produtivo.
- Assegurar a conformidade dos produtos mineiros, segundo padrões internacionais de qualidade.

Espera-se que, ao se atingir os Objetivos Estratégicos acima mencionados, ocorram os seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011	2023
Aumentar o percentual de empresas cujos produtos inovadores representam mais de 40% das suas vendas internas	11,33% (Pintec, 2003)	a definir	a definir
Volume de recursos do setor privado investido em P&D induzido pelas parcerias com a Fapemig	N/A	a definir	a definir
Garantir a sanidade bovina	100% livre com vacinação (IMA)	100% livre sem vacinação	100% livre sem vacinação
Ampliar o número de mercados sem restrições para exportações mineiras de carne	Vários países, menos EUA e Japão. UE com restrições (IMA)	Vários países, menos EUA e Japão. UE sem restrições	Todos os países sem restrições
Ampliar o número de propriedades produtoras de café com certificação internacional	Em apuração	1.500 novas propriedades certificadas	8.000 novas propriedades certificadas
Dispêndio em P&D como percentual do PIB	0,36% (MCT/YPEA, 2003)	0,66%	a definir
Número de cursos de Pós-Graduação de Minas Gerais com nota 7 na CAPES (Ciências Agrárias, Biológicas, Exatas e da Terra, Engenharias, Ensino de Ciências e Matemática, Multidisciplinar)	6 (Capes, 2004)	18	43

O alcance de tais objetivos demandará do Governo iniciativas voltadas para:

- A implantação de uma Rede de Inovação Tecnológica, para robustecer a capacidade de inovação tecnológica do setor produtivo mineiro;

- A efetivação do Sistema de Certificação e Vigilância Sanitária da Produção Agropecuária para a inserção competitiva da produção agropecuária mineira nos mercados internacionais, com ênfase na superação das restrições fitossanitárias existentes;
- O fomento aos arranjos produtivos em biotecnologia, biocombustíveis, microeletrônica, *software*, eletroeletrônica e farmacocômicos para ampliar a capacidade competitiva destes setores de forma auto-sustentável;
- A formação profissional orientada pelas demandas do mercado de trabalho;
- A implantação de laboratórios de certificação de qualidade de alimentos;
- A efetiva implantação do Sistema Mineiro de Inovação – SIMI;
- A formação de pessoal técnico, qualificado para executar as atividades de natureza inovadora.

4.6 Logística de Integração e Desenvolvimento

A conquista de patamares mais elevados de competitividade tem conferido crescente importância à questão da eficiência e qualidade do sistema logístico como vantagem competitiva de empresas e sistemas produtivos. Por essa razão, espaços econômicos que dispõem de infra-estrutura e logística adequados têm uma capacidade maior de atrair investimentos e de ampliar a capacidade competitiva de suas empresas, facilitando a irradiação do desenvolvimento por todo o seu território. Nesse aspecto, Minas Gerais tem importantes desafios a enfrentar, em especial no que se refere aos seus gargalos logísticos.

Boa parte da malha rodoviária de Minas Gerais é de responsabilidade da União e encontra-se, atualmente, em condições precárias de conservação. Aproximadamente 75% desses trechos¹² são classificados como regular, ruim ou péssimo. A principal dificuldade para a superação desses gargalos vincula-se à necessidade de articulação com o governo federal e suas instituições.

A malha viária sob jurisdição estadual encontra-se em condições menos precárias. Entretanto, há obstáculos a superar: 45% dos trechos¹³ estão em condição regular ou ruim, o que exigirá esforços consideráveis para sua recuperação e manutenção.

Com relação ao transporte ferroviário, o Estado apresenta resultados díspares: por um lado, há relativa eficiência na utilização do modal pelo setor minerometalúrgico e cimenteiro, entretanto, se considerado o transporte ferroviário de carga geral e de produtos agrícolas, este é ainda bastante deficiente.

Para que tais desafios possam ser superados, é preciso alcançar, nos próximos anos, os Objetivos Estratégicos abaixo:

- *Reduzir os custos de transportes e ampliar o acesso a mercados da produção mineira, através da oferta de uma malha viária suficiente, adequada e segura.*
- *Superar gargalos e melhorar a qualidade da infra-estrutura de transportes, para ampliar a inserção competitiva da economia mineira e o desenvolvimento das regiões de baixo dinamismo.*

Os Objetivos Estratégicos deverão acarretar os seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011	2023
Aumentar o percentual da malha rodoviária estadual em condições boas de conservação	55% (DER-MG, 2007)	83%	98%
Aumentar o percentual da malha rodoviária federal em ótimas ou boas condições de conservação	25%	35%	95%
Adequar a capacidade da BR 381 entre BH e Vale do Aço (Ipatinga)	Em projeto	Obra em andamento	Obra concluída e em adequada operação
Implantação do rodoanel de Belo Horizonte	Em projeto	Obra em andamento	Obra concluída e em adequada operação
Manter o Índice de Desempenho (ID) da MG 050 de acordo com o QID (Quadro de Indicadores de Desempenho)	N/A	ID > 8	ID > 8

12. Pesquisa Rodoviária CNT 2006.

13. Fonte: DER-MG 2006.

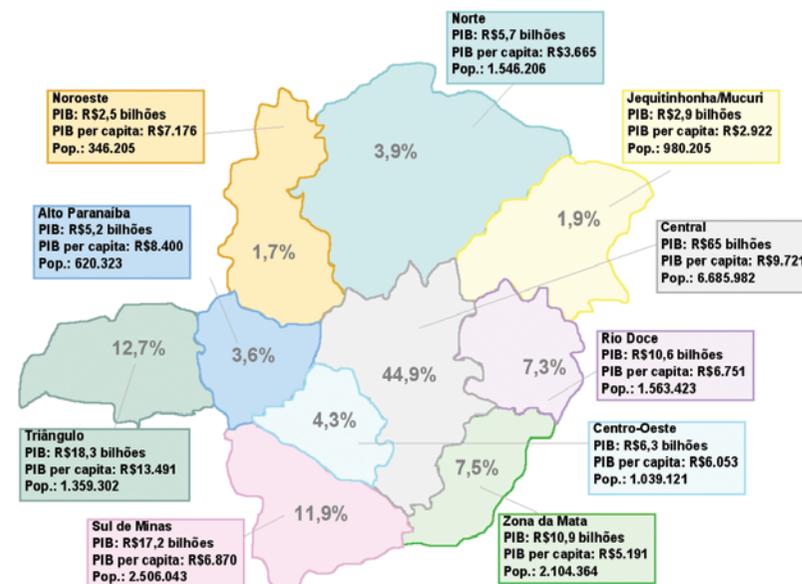
A fim de se atingir os objetivos destacados, será necessário, entre outras iniciativas, priorizar:

- A promoção de um amplo programa de recuperação e manutenção da malha rodoviária de Minas Gerais, propiciando uma movimentação mais ágil e segura de pessoas, mercadorias e serviços, bem como a redução dos custos de transporte nas rodovias sob responsabilidade do Governo de Minas;
- Outras ações que serão definidas a partir da identificação dos principais gargalos pelo Plano Estadual de Logística de Transporte (PELT). O PELT é um estudo em desenvolvimento pela FIPE/USP, sob coordenação da SETOP e SEPLAG, com objetivo de identificar os projetos para enfrentamento dos referidos gargalos;
- Estabelecer parcerias com o governo federal, estados vizinhos, municípios e setor privado para obtenção de recursos e definição de prioridades para as obras de superação de gargalos e conservação de infra-estrutura de transporte;
- Conceder, à iniciativa privada, os trechos rodoviários que demonstrarem viabilidade econômica compatível com essa modalidade;
- Aprimorar a rede coletora de estradas vicinais para ampliar a inserção competitiva da economia mineira e o desenvolvimento das regiões de baixo dinamismo;
- Negociar com os concessionários privados e governo federal os investimentos necessários para melhoria da logística ferroviária e aeroportuária do Estado.

4.7 Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

Minas Gerais registra acentuadas disparidades regionais em seu desenvolvimento socioeconômico, como consequência dos fracos vínculos estabelecidos entre as regiões do Rio Doce, Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri e os processos de desenvolvimento das demais regiões do Estado. A disparidade atinge traços marcantes quando se analisa a contribuição regional na geração da riqueza estadual. Quase metade do PIB estadual é gerado na região Central (44,9%), enquanto as regiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce contribuem, juntas, com apenas 13,2%.

Participações das Meso-regiões no PIB Mineiro em 2003



Fonte: Fundação João Pinheiro. Minas Gerais em Números: PIB. Disponível em: www.datagerais.mg.gov.br

Um olhar sobre a distribuição regional do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), mostra que as disparidades econômicas transbordam para o tecido social. Em 2000, as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte registravam padrões de desenvolvimento humano inferiores à média do Estado em 1991, sendo comparados aos estados da Paraíba e do Ceará, respectivamente, 4ª e 8ª posições no ranking nacional dos estados de menor IDH-M. Da mesma forma, apesar de possuir um IDH-M ligeiramente mais elevado, a região do Rio Doce ainda possuía um índice abaixo da média do Estado em 2000, situação na qual se encontrava, já em 1991.

Para que os desafios ao desenvolvimento dessas regiões sejam superados, é necessário adotar uma nova abordagem de estímulo ao desenvolvimento, com foco na emancipação econômica e na promoção de investimentos. Nesse sentido, os seguintes Objetivos Estratégicos devem ser perseguidos:

- *Desenvolver a produção local, com ênfase na formação profissional, na alfabetização, no empreendedorismo e no acesso a mercados.*

- *Atrair investimentos produtivos privados para as regiões de baixo dinamismo econômico, com destaque para o agronegócio.*
- *Aumentar a produtividade no campo, por meio da promoção do empreendedorismo, dos micronegócios e da extensão rural.*
- *Promover a inserção regional dos investimentos públicos e privados, mediante a capacitação da mão-de-obra local, fornecimento local, logística e gestão ambiental.*
- *Reduzir as disparidades regionais em educação, saúde e saneamento.*
- *Inserir a região nas três dinâmicas territoriais de desenvolvimento do Estado.*

Os Objetivos mencionados deverão resultar nos seguintes Resultados Finalísticos:

		Situação Atual	2011	2023
Aumentar o volume de investimentos produtivos privados por ano na região (em R\$ bilhões de 2005)		4,4 (estimativa 2005)	A definir	A definir
Elevar a participação das regiões no PIB mineiro		13,2% (FJP, 2003)	14% 13,58%	15,74% 14,37%
Aumentar a taxa de conclusão do Ensino Médio nas Regiões	Norte	48,0%	70%	100%
	Jequitinhonha/Mucuri	43,5%	66,1%	94,5%
	Rio Doce	39,1% (SEE, 2005)	59,4%	84,9%
Aumentar o Índice de Atendimento de Água/Esgoto:	Norte	73,4%/27,9%	79%/50%	95%/75%
	Jequitinhonha/Mucuri	65,3%/41,6%	98%/98%	98%/98%
	Rio Doce	71,9%/65% (IBGE, 2000)	75%/70%	90%/88%
Reduzir a taxa de distorção idade-série (8ª série EF/3ª série EM)	Norte	43,8%/44,8%	30%/30%	15%/15%
	Jequitinhonha/Mucuri	54,1%/51,7%	38%/38%	20%/20%
	Rio Doce	41,1%/40,5% (SEE, 2003)	30%/30%	15%/15%
Reduzir a taxa de mortalidade infantil nas Macrorregiões de Saúde:	Jequitinhonha	18,4	A definir	8 a 10
	Leste	19,3		8 a 10
	Norte de Minas	15,4		8 a 10
	Nordeste	23,2		8 a 10
		(Simsinasc/Dieese, 2005)		

14. Fonte: PNAD 2005

Diversas ações são requeridas para se atingir os índices explicitados acima, dentre as quais serão priorizadas as seguintes:

- Intervenções para prover as bases do desenvolvimento da produção local e do aumento da produtividade no campo, com ênfase na formação profissional, na promoção do empreendedorismo e na identificação e acesso a mercados;
- Estímulo à organização de produtores e trabalhadores em cooperativas, no intuito de prover bases de desenvolvimento da produção local;
- A promoção de investimentos e a inserção regional, mediante a capacitação da mão-de-obra local, a estruturação da cadeia de fornecedores, infra-estrutura e promoção da gestão ambiental;
- A universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas regiões das bacias hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri e nas bacias do leste;
- A implementação de políticas públicas inclusivas, capazes de criar as pré-condições para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, produtores familiares, acampados e assentados de reforma agrária, garimpeiros, povos indígenas, comunidades extrativistas e populações tradicionais.
- A aceleração do aprendizado nas regiões em questão, com o fim de se reduzir a disparidade da população infanto-juvenil das regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce em relação à média do estado.

4.8 Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Apesar de ocupar a 3ª posição entre os estados de maior PIB, Minas ocupava, em 2004, apenas a 10ª colocação em relação ao PIB *per capita* – cerca de R\$ 7,7 mil e inferior à média nacional (R\$ 8,7 mil). Com relação à distribuição da riqueza, medida pelo índice de Gini, o Estado era apenas o 11º menos desigual da Federação.

Embora tenha havido uma melhoria recente, a proporção de pobres em Minas continua em níveis consideravelmente altos, perfazendo 33% dos mineiros da RMBH, 22,4% das outras áreas urbanas e 21,8% do estrato rural¹⁴. Isso é agravado pelo desempenho da renda domiciliar *per capita* no período: entre 1995 e 2004, a média estadual recuou de R\$ 326,56 para R\$ 307,82.

A educação é elemento central para a redução da pobreza e das desigualdades. Entre aqueles que não concluíram o Ensino Fundamental (escolaridade média entre 4 e 7 anos de estudo), mais de 90%

recebem rendimento familiar médio inferior a três salários-mínimos e quase 50% recebem menos de um salário.

Renda X Anos de Instrução, PEA, Minas Gerais, 2005

Classes de rendimento mensal do trabalho (em salários-mínimos)	Sem Instrução	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Menos de 1 SM	68,0%	59,1%	46,8%	41,2%	24,6%	4,1%
De 1 a 3 SM	29,3%	37,0%	45,7%	47,3%	51,8%	24,2%
De 3 a 5 SM	1,5%	2,6%	5,0%	7,0%	13,1%	26,7%
De 5 a 10 SM	1,1%	0,6%	1,9%	3,5%	7,9%	23,0%
De 10 a 20 SM	0,0%	0,4%	0,5%	0,8%	1,9%	15,2%
Mais de 20 SM	0,1%	0,3%	0,1%	0,3%	0,7%	6,8%

Fonte: PNAD/IBGE (2005)

Para a superação de tais desafios, a sociedade mineira deve perseguir, nos próximos 17 anos, os seguintes Objetivos Estratégicos:

- Superar a pobreza crônica das novas gerações, através da educação.
- Promover a inclusão produtiva da população adulta.
- Reduzir o analfabetismo.
- Promover a segurança alimentar e as condições adequadas de saneamento básico para a população mais pobre.
- Promover a intervenção integrada nos espaços de concentração da pobreza.
- Saúde e nutrição incorporadas a todas as fases do ciclo de vida individual, desde o nascimento até a vida adulta.
- Ampliar a provisão indireta dos serviços de assistência social.

Os Objetivos Estratégicos, acima mencionados, deverão gerar os seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011	2023
Reduzir o percentual de pobres em relação à população total • RMBH • Espaço urbano • Espaço rural	28,8% 19,4% 19,8% (PNAD, 2005)	20 a 23% 13 a 15% 14 a 16%	9 a 13% 6 a 9% 7 a 10%
Reduzir o percentual de indigentes em relação à população total • Minas Gerais • RMBH	3,1% 2,7% (PNAD, 2005)	2,3 a 2,7% 2,0 a 2,4%	1,5 a 1,7% 1,5 a 1,7%
Número de regiões atendidas pelo projeto Travessia	N/A	10	92
Reduzir o percentual de habitações precárias (hab. precárias/total hab.)	1,8% (FJP, 2000)	1,26%	0,3%
Percentual de implantação do SUAS (% de municípios que recebem financiamento)	37,05% (Sedese, out/06)	63%	98%

Para materializar tais objetivos, o setor público deve promover iniciativas que priorizem:

- A emancipação social e econômica das camadas mais pobres da população, através de ações eficientes, integradas e territorialmente focadas por parte do poder público;
- Redução do déficit habitacional, com ênfase na promoção do acesso de famílias de baixa renda à moradia adequada e regularizada;
- Aumento da cobertura da assistência técnica e da extensão rural pública, apoiando, de forma efetiva, a produção familiar;
- A segurança alimentar e nutricional de famílias mineiras em condições de vulnerabilidade social no meio rural e em pequenas e médias cidades do Estado;
- Promoção da inclusão produtiva, através da indução do cooperativismo;
- O acesso da população em condições de pobreza ao sistema de proteção social;
- A universalização do acesso à energia elétrica no campo;
- Promoção, por meio da implementação do Projeto Travessia, da emancipação social e econômica das camadas mais vulneráveis da população, através de ações eficientes, integradas e territorialmente focadas, por parte do poder público.

4.9 Qualidade Ambiental

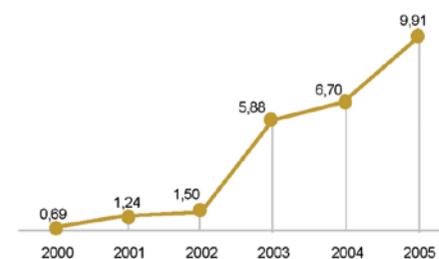
A questão ambiental tem assumido grande importância no contexto econômico nacional, principalmente no que tange aos impactos oriundos das atividades produtivas. Tem ocorrido um substancial aumento da consciência ambiental; participação ativa de organizações da sociedade civil – em âmbito mundial, nacional e estadual –, exercendo forte pressão sobre as instituições formais; criação de um aparato institucional específico; criação de uma complexa legislação ambiental; e pressão por melhoria na gestão ambiental, que passa a exigir a análise de indicadores nas esferas estadual e local.

A par da dinâmica descrita acima, o tema meio ambiente oferece oportunidades econômicas nas áreas de biotecnologia e biocombustíveis. Além disso, é preciso preparar as empresas mineiras para um futuro que está associado às questões ambientais de toda ordem, fortalecidas por pressão internacional. A gestão ambiental não raro é usada como diferencial mercadológico. Essa é uma tendência que será cada vez mais sentida no ambiente de negócios internacional.

Ao longo do seu processo histórico, Minas Gerais teve seus recursos naturais intensamente explorados sob técnicas rudimentares, que se refletiram na destruição dos biomas e na queda da produtividade do solo. Entretanto, nos últimos anos, uma nova ordem de políticas ambientais conseguiu estabilizar o quadro de declínio dos remanescentes florestais, mantendo-os em níveis constantes. Mesmo assim, menos de 2% da área do Estado se encontram hoje em áreas de preservação ambiental, indicando o grande desafio a ser superado.

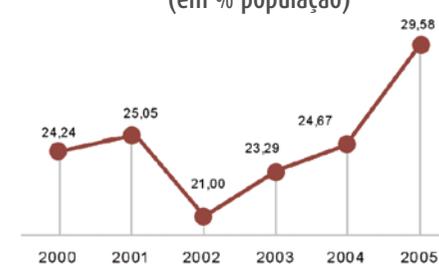
Os desafios são grandes, também, no que se refere ao destino dos resíduos sólidos. Atualmente, menos de 30% da população mineira tem, à sua disposição, o tratamento adequado do lixo. O mesmo acontece com o tratamento de esgoto, que se restringe a menos de 10% da população.

Acesso à Esgoto Tratado (em % população)



Fonte: SEMAD (2005)

Acesso à Disposição de Lixo Adequada (em % população)



Fonte: SEMAD (2005)

A questão da emissão de gases poluentes na atmosfera e suas conseqüências ambientais e econômicas deverão merecer atenção especial do Governo e da sociedade mineira. Como já mencionado, a forma com que países e estados lidam com este problema tem assumido papel central nas decisões relacionadas a financiamentos, investimentos e comércio exterior.

Dessa forma, para que tais desafios possam ser superados, a sociedade mineira precisa realizar ações, com base nos princípios da governança ambiental, nos próximos anos, dirigidas para os seguintes Objetivos Estratégicos:

- Aprimorar a gestão de bacias hidrográficas, visando disponibilidade e qualidade da água e redução dos conflitos em torno de seu uso.
- Reduzir a contaminação das águas de Minas Gerais.
- Conservar o Cerrado e recuperar a Mata Atlântica.
- Promover a gestão eficiente dos passivos de mineração e indústrias.
- Promover investimentos privados com externalidades ambientais positivas.
- Ampliar o tratamento de resíduos sólidos.
- Adotar metas de sustentabilidade e qualidade ambiental e consolidar o sistema de monitoramento.
- Ampliar o percentual do território ambientalmente protegido e promover a gestão eficiente das Unidades de Conservação.
- Consolidar o Sistema de Informação Ambiental e de Monitoramento.
- Concluir o zoneamento econômico-ecológico (uso da terra).

Os Objetivos Estratégicos, acima mencionados, deverão acarretar os seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011	2023
Aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA) do Rio das Velhas	58,5 (IGAM, 2005)	67	75
Aumentar o percentual do território com cobertura vegetal nativa (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga)	33,8% (Semad, 2005)	35%	40%
Aumentar o percentual da população com acesso à disposição adequada de lixo	29,6% (Semad, 2005)	60%	90%
Aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA)	5 sub-bacias com IQA abaixo de 60	Melhorar o índice em 10%	Todas as sub-bacias acima de 70, com manutenção naquelas com índice superior
	4 sub-bacias com IQA entre 60 e 70	Melhorar o índice em 5%	
	1 sub-bacia acima de 80	Manter o índice	

Para que os objetivos sejam alcançados, será preciso recuperar e manter os ativos ambientais. Dessa forma, serão lançadas iniciativas voltadas para:

- A revitalização do Rio das Velhas, especialmente em seu trecho metropolitano;
- A conservação do Cerrado e a recuperação da Mata Atlântica;
- O fomento do desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o uso sustentável dos biomas Cerrado e Mata Atlântica;
- O tratamento adequado dos resíduos sólidos, visando equacionar a destinação e fomentar o reaproveitamento;
- O fomento dos negócios ambientais impulsionados pelo mercado de crédito de carbono e a preparação da indústria mineira para adequação a uma política global de controle e prevenção das mudanças climáticas;
- O fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos para a adequada

gestão de bacias hidrográficas;

- A expansão do plantio de florestas econômicas em áreas já desmatadas, com a introdução de sistemas agrosilvopastoris de comprovado efeito conservacionista.

4.10 Defesa Social

Em todo o País, o problema da violência vem assumindo gravidade extrema; em Minas Gerais, a situação não é diferente: a violência aumenta, sistematicamente, desde o limiar da década de 90, com maior intensidade na segunda metade do período. Em 1990, o Estado registrava a marca de pouco mais de 100 crimes violentos por 100 mil habitantes; em 2004, este indicador atingiria seu valor máximo: 550 crimes violentos por 100 mil habitantes.

Taxa de Homicídios em Minas Gerais (por 100 mil habitantes)



Fonte: Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública/Polícia Militar de Minas Gerais

Taxa de Roubo em Minas Gerais (por 100 mil habitantes)



Fonte: Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública/Polícia Militar de Minas Gerais

Verifica-se que a violência e a sensação de insegurança se fazem presentes, tanto nas regiões economicamente mais prósperas, como na Região Central e no Triângulo Mineiro, como nas porções menos dinâmicas do Estado, como o Norte e o Nordeste. Trata-se de um fenômeno predominantemente urbano, sendo visível a concentração da violência nas cidades grandes e médias, em especial na RMBH.

Apesar do crescimento do número de crimes violentos registrado nos últimos anos, Minas Gerais se mantém como um dos estados menos violentos quando comparado ao restante do País. Entretanto, essa condição não se mostra sustentável sem que esforços consideráveis sejam empregados. Dessa forma, é preciso que a sociedade mineira persiga, nos próximos anos, os seguintes Objetivos Estratégicos:

- Consolidar a tendência decrescente para os índices de violência em Minas Gerais.
- Pacificar as comunidades de risco, por meio de programas de prevenção, integrados com a área de desenvolvimento social e com parcerias com os municípios e o terceiro setor.
- Integrar e melhorar a qualidade da ação policial.
- Criar e fortalecer as Ações de Inteligência Policial Integrada.
- Incentivar a participação crescente dos municípios e do setor privado, visando o desenvolvimento e manutenção dos diversos programas de Governo, como o Fica Vivo.
- Fortalecer as ações da Corregedoria e criar núcleos de avaliação e controle da qualidade do trabalho policial.
- Modernizar o sistema prisional e o sistema de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.
- Acabar com carceragens da polícia civil.

Os Objetivos Estratégicos, acima mencionados, deverão gerar os seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011	2023
Reduzir a taxa de homicídios por 100 mil habitantes	19,8 (FJP, 2005)	14	5
Reduzir as taxas de homicídios entre jovens de 15 e 24 anos (por 100 mil jovens)	47 (2004)	25	7
Reduzir a taxa de crimes violentos contra o patrimônio por 100 mil habitantes	450 (FJP, 2005)	307	136
Reduzir o medo de vitimização da população total (percentual da população que afirma ter medo de vitimização)	60% (CRISP, 2005)	30%	5%
Reduzir a reincidência criminal (percentual da população egressa do ambiente carcerário reincidente)	A ser apurado por meio de pesquisa	A definir	A definir

Atingir tais objetivos exige que o Estado assuma iniciativas ligadas à:

- Gestão integrada de informações, a fim de subsidiar as ações de inteligência policial com ampla base informacional;
- Integração e qualidade da ação policial, de maneira a promover a coerência na gestão do Sistema de Defesa Social, a partir da coordenação da atuação das polícias e demais componentes do sistema;
- Expansão e modernização do sistema prisional, mirando na redução do déficit de vagas no sistema prisional, com ênfase na racionalização da gestão das unidades prisionais e no aprimoramento das condições de ressocialização de detentos;
- Atendimento às medidas socioeducativas para romper com o ciclo vicioso da criminalidade juvenil;
- Prevenção social da criminalidade, com o objetivo de desmotivar o ingresso de jovens em atividades ilícitas, por meio da disponibilização de atividades socioeducativas e profissionalizantes voltadas para sua inclusão social;
- Intensificação do uso da tecnologia de informação nas rotinas de monitoramento nas áreas centrais das grandes aglomerações urbanas.

4.11 Rede de Cidades e Serviços

O desenvolvimento de uma rede urbana equilibrada requer o fortalecimento da capacidade de polarização das cidades, através da prestação de serviços públicos e privados para as demandas oriundas de seu entorno regional. A melhoria desse sistema, por sua vez, requer a elaboração de um quadro de referência, baseado na compreensão da rede urbana mineira como importante subsídio à formulação de políticas territoriais.

Durante o seu desenvolvimento, Minas Gerais experimentou um processo de crescimento econômico concentrado em sua região metropolitana e, em menor grau, no Sul do Estado e no Triângulo Mineiro. Essas regiões correspondem a quase 70% do PIB do Estado¹⁵ e, em grande maioria, são dotados de serviços públicos de melhor qualidade.

O desafio que se apresenta à sociedade mineira é generalizar esse processo, formando uma rede de cidades e serviços organizada e sinérgica, que colabore para o desenvolvimento das regiões menos dinâmicas, como o Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, que reverta a tendência de “inchamento” da Região Metropolitana de Belo Horizonte e que assegure a provisão de serviços públicos de qualidade em todos os pontos do território. Para tal, é preciso que a sociedade mineira persiga, nos próximos anos, os seguintes Objetivos Estratégicos:

- *Planejar e gerir o desenvolvimento da rede de cidades mineiras para adequar sua capacidade de prestação de serviços de educação, saúde, saneamento, transporte, habitação, acesso à internet, inovação tecnológica, formação profissional e gestão ambiental.*
- *Fortalecer o sistema de planejamento e gestão urbana, especialmente das cidades-pólo.*
- *Ampliar a inserção nacional e internacional da RMBH.*
- *Ampliar a acessibilidade da população dos municípios de pequeno porte aos serviços sociais básicos e aos mercados.*
- *Promover a inserção territorial competitiva da rede de cidades mineiras nos espaços geoeconômicos nacionais.*

15. FJP, 2005.

16. O IMRS é calculado pela Fundação João Pinheiro e expressa o nível de desenvolvimento de cada município mineiro representado por informações de educação, saúde, segurança pública, emprego e renda, demografia, gestão, habitação, infra-estrutura e meio ambiente, cultura, lazer e desporto. Maiores detalhes podem ser encontrados em <http://www.datagerais.mg.gov.br>

Os Objetivos Estratégicos, acima mencionados, deverão produzir os seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011	2023
Aumentar o número de municípios com Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS maior que 0,7 ¹⁶	36 (FJP, 2004)	100	300
Aumentar o número de aglomerações e centros urbanos mineiros classificados como metrópoles nacionais ou regionais (ordem 1 a 4) na rede hierárquica nacional de cidades	1 (IPEA, 1999)	N/A	4
Aumentar o número de aglomerações e centros urbanos mineiros classificados como cidades médias (ordem 5 a 8) na rede hierárquica nacional de cidades	14 (IPEA, 1999)	N/A	22
Taxa média de ocupação dos hotéis de BH	59,34% (ABIH-MG, 2006)	A definir	
Prover acesso viário pavimentado a todos os municípios mineiros	80%	100%	100%

Para atingir os objetivos almejados, é fundamental a priorização e o sucesso de iniciativas voltadas à:

- Disseminação de mecanismos de gestão e planejamento urbano, de modo a promover o desenvolvimento da rede de cidades mineiras, por meio do fortalecimento do sistema de planejamento da rede de serviços públicos;
- Construção da governança metropolitana, implementação de mecanismos de cooperação e adequação da infra-estrutura, com vistas à ampliação da inserção nacional e internacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- Promoção do desenvolvimento urbano em cidades-pólo mineiras de porte médio;
- Conclusão da ligação pavimentada de todos os municípios mineiros;
- Dotar o estado de Minas Gerais de uma moderna e inovadora rede de produção e disseminação cultural e artística nas cidades-pólo;
- Identificação e fomento de destinos turísticos estratégicos.

» 5. Bases do Estado para Resultados

A consolidação dos valores democráticos pressupõe aperfeiçoamentos, tanto no campo institucional, como no comportamento social da população. Em sociedades de democracia consolidada, o cidadão assume papel de suma relevância na cobrança de resultados das instituições públicas, e esta cobrança ancora-se em seu *empowerment* na perspectiva “clientes-cidadãos-usuários”.

É visível que tal processo está ocorrendo no Brasil.

Por outro lado, os processos de tomada de decisão para investimentos produtivos se baseiam em análises do grau de competitividade sistêmica de países e regiões. A existência de fatores como capital humano de qualidade, logística eficiente, ambiente macro e microeconômico favorável à atuação das empresas, ausência de corrupção, controle da violência e redução da burocracia são importantes vantagens competitivas no mundo atual. Grande parte dessas condições, por sua vez, depende da qualidade da ação governamental.

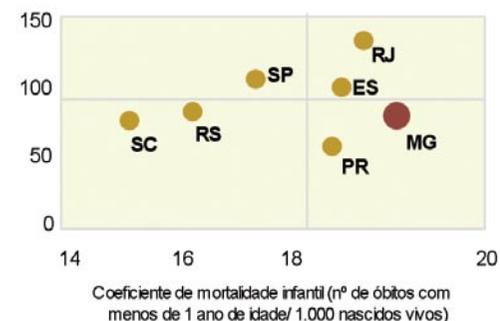
A conjunção dos dois fatores acima impulsiona a pressão social por resultados dos governos, em especial no que se refere à qualidade e aos custos dos serviços prestados. Ocorre a paulatina substituição do modelo de administração burocrática e patrimonialista pelo modelo de administração pública gerencial e orientada para resultados. O mero cumprimento de rotinas burocráticas deixa de ser suficiente para produzir os resultados desejados. É preciso ir além.

Em Minas, a idéia central da segunda geração do Choque de Gestão é produzir benefícios concretos para a sociedade. Para tanto, é imprescindível a generalização, para toda a administração pública estadual, dos avanços já obtidos em determinados segmentos. A aquisição do compromisso coletivo e permanente com a qualidade do gasto público também é essencial. Assim, a segunda geração do Choque de Gestão alcançará seus objetivos baseada no binômio qualidade fiscal e gestão inovadora e eficiente.

5.1 Qualidade e Inovação em Gestão Pública

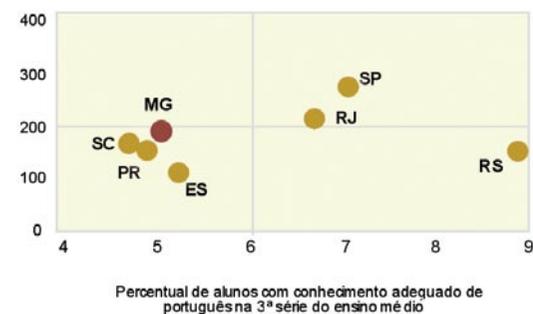
Além da adoção de uma política fiscal de qualidade, o equilíbrio das contas públicas deve ancorar-se na prática de gestão motivada por ganhos de produtividade do gasto governamental. Este, por seu turno, deve perseverar para ampliar o alcance de crescentes padrões de qualidade e inovação na administração pública em Minas Gerais.

Despesa com a Função Saúde e Saneamento X Coeficiente de Mortalidade Infantil em 2001



Fonte: SCP RS, Estados Comparados

Despesa com a Função Educação e Cultura X Percentual de Alunos com Conhecimento Adequado de Português na 3ª Série do Ensino Médio em 2001



Fonte: SCP RS, Estados Comparados

Minas Gerais apresentou melhoras animadoras quanto a esses aspectos, embora ainda haja um longo caminho a percorrer. Alguns índices mostram que o desafio ainda é significativo nas áreas de saúde, saneamento, segurança, transportes, educação e cultura.

No que se refere às despesas com saúde e saneamento, apesar de possuir despesa *per capita* similar a estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Minas Gerais possui um coeficiente de mortalidade infantil superior ao desses estados. Com relação à educação e cultura, o percentual de alunos mineiros com conhecimento de português na terceira série do Ensino Médio é inferior ao de estados que investem menor volume de recursos, em termos comparativos.

Para que o desafio de converter os gastos públicos em resultados efetivos e mensuráveis para a sociedade seja potencializado, é preciso que a sociedade mineira persiga, nos próximos anos, os seguintes Objetivos Estratégicos:

- *Ampliar a transparência e o controle social das ações de governo, implementando a governança social.*
- *Incorporar inovações e disseminar boas práticas de gestão nas instituições públicas.*
- *Aprimorar a governança corporativa (empresas públicas, autarquias e fundações).*
- *Aprofundar a profissionalização de gestores públicos.*
- *Aumentar a utilização do governo eletrônico, dando ênfase à prestação de serviços ao público;*
- *Aumentar a presença do terceiro setor na prestação de serviços.*
- *Efetivar política de prestação de contas à sociedade.*
- *Manter o compromisso com o equilíbrio fiscal, aprimorando a prevenção e a mitigação de riscos de gestão.*

Os Objetivos Estratégicos, acima mencionados, deverão gerar os seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2011
Número de serviços públicos disponibilizados via internet	1.100	1.600
Número de cargos com processo de Certificação Ocupacional implementado	1	9
Grau de implementação da agenda setorial de choque de gestão	N/A	100%
Aumentar o número de empresas estaduais estatais com governança corporativa implantada	N/A	17
Aumentar a percepção da população quanto à confiança nas instituições públicas e qualidade dos serviços prestados (Grau de qualidade dos serviços/ confiança nas instituições públicas)	A definir	A definir

Para se alcançar esses objetivos, a segunda geração do Choque de Gestão tem papel central. Seus principais elementos são:

- Consolidar o Choque de Gestão em todos os setores do Governo Estadual e adensar seus benefícios em transformações efetivas para a sociedade mineira, com ênfase na geração de resultados mensuráveis nas Áreas de Resultados definidas;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições públicas mineiras, por meio da seleção, formação e desenvolvimento de gestores públicos profissionais;
- Intensificar a utilização dos canais eletrônicos de interação com a sociedade, bem como nos níveis intra e intergovernamental;
- Ampliar, agilizar e dinamizar o sistema de estatísticas de MG, para que se tenham informações tempestivas e de qualidade, capazes de fornecer subsídios para tomada de decisão;
- Construir o Centro Administrativo, tendo em vista a crescente integração dos entes governamentais, o aumento da eficiência dos serviços públicos, maior facilidade de acesso do cidadão e redução dos custos de transporte, localização e transação.

5.2 Qualidade Fiscal

Recordes de receita tributária e de superávits fiscais são ajustes de baixa qualidade quando financiados com elevação da carga tributária e supressão de despesas com investimento e serviços, pois se traduzem em perda de competitividade do ambiente de negócios e deterioração do bem-estar social. Por isso, é fundamental que o Governo do Estado de Minas Gerais prossiga em seu esforço de assegurar o equilíbrio das contas públicas, que combine responsabilidade fiscal com o atendimento das demandas sociais.

A partir de 2003, Minas Gerais deu seus primeiros passos na direção do equilíbrio fiscal, através da diminuição de sua despesa e da ampliação da sua receita, ambos como proporção do PIB. Esse fato propiciou, no período recente, melhorias em seus indicadores de endividamento, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Atualmente, Minas Gerais está próximo do teto estabelecido pela referida lei, o qual será alcançado bem antes do prazo fixado, 2015.

O setor público mineiro pretende realizar diversas ações para a modernização da gestão fiscal, além de esforços específicos no sentido de alcançar, nos próximos anos, os seguintes Objetivos Estratégicos:

- *Manter o compromisso com o equilíbrio fiscal, aprimorando a prevenção e a mitigação de riscos fiscais.*
- *Estabilizar e iniciar a redução da despesa orçamentária como proporção do PIB estadual, passo que antecede uma política sustentável de redução da carga tributária.*
- *Melhorar a composição estratégica do gasto, aumentando a participação na despesa total dos investimentos públicos impulsionadores da competitividade da economia.*
- *Aumentar a aderência do orçamento à estratégia de médio prazo, ampliando a participação dos Projetos Estruturadores na despesa total.*
- *Ampliar a qualidade e a produtividade dos gastos setoriais.*
- *Política tributária indutora do investimento produtivo, com foco na simplificação e descomplicação.*

Os Objetivos Estratégicos, acima mencionados, deverão gerar os seguintes Resultados Finalísticos:

	Situação Atual	2007	2011
Aumentar a participação dos investimentos (despesas de capital) na despesa orçamentária	14%	14,7%	17%
Reduzir o volume do gasto público (despesa orçamentária) em relação ao PIB	13,23% (despesa/PIB)	–	0,37% a 0,25% (redução acumulada)
Reduzir a participação das despesas correntes na despesa orçamentária (limite superior)	86,48%	–	83%
Economia anual com redução de custos unitários de serviços estratégicos	–	R\$ 5,1 milhões	R\$ 17,6 milhões
Economia com atividades-meio (valores acumulados)	–	R\$ 140 milhões	R\$ 1.100 milhões
Aumentar a participação dos Projetos Estruturadores na despesa orçamentária	6%	10%	12%
Assegurar a arrecadação das receitas fiscais necessárias para o cumprimento do equilíbrio orçamentário	Em apuração	–	–

Para o alcance dos objetivos expostos acima, são necessárias iniciativas que busquem:

- A modernização da gestão fiscal, aprimorando a prevenção e a mitigação de riscos fiscais, por meio de uma gestão moderna e eficiente;
- A qualidade e a produtividade no gasto setorial, com ênfase na melhoria da composição estratégica do gasto e no aumento da aderência do orçamento à estratégia de desenvolvimento do Estado;
- A simplificação das normas tributárias para estabilizar a relação receita tributária sobre o PIB, visando a redução gradual da carga tributária a médio e longo prazos, descomplicar as relações entre o Estado e o setor privado e obter maior eficiência tributária;
- A identificação e captação de fontes alternativas de recursos a serem aplicados no processo de desenvolvimento do Estado e prospecção de oportunidades nos programas de cooperação nacionais e internacionais.

» 6. Apêndice

Apresentam-se, neste apêndice, os diagramas para os quatro cenários possíveis para Minas Gerais no horizonte 2023. Para maiores informações acerca dos pressupostos e as condicionantes utilizados na construção dos cenários, detalhamento dos mesmos para cada uma das focalizações e notas metodológicas acerca da técnica de cenarização, recomenda-se a leitura do anexo I.

Os cenários alternativos foram gerados a partir de uma Matriz de Combinação de Incertezas, cujos eixos ortogonais representam, de um lado, o contexto nacional, abrangendo as variáveis nacionais com maior impacto sobre o Estado de Minas Gerais, e, de outro, o contexto mineiro, congregando um conjunto de fatores com maior poder de influência e determinação do desenvolvimento socioeconômico mineiro. As incertezas críticas sínteses que os cenários procuram responder são “Qual será a dinâmica de desenvolvimento da economia brasileira no período 2007-2023?” e “Como evoluirão os ambientes social, econômico e político-institucional mineiro no período 2007-2023?”.

Para o desenvolvimento da economia brasileira, consideraram-se as seguintes incertezas críticas:

1. Governabilidade em âmbito nacional;
2. Evolução das reformas estruturais (previdência, tributária, trabalhista e política) e institucionais;
3. Eficácia das políticas públicas (comércio exterior, industrial, agrícola e de CT&I);
4. Comportamento do comércio exterior (crescimento econômico global, acesso a mercados e perfil da inserção);
5. Evolução da taxa de investimento: formação de poupança interna e atratividade para o capital internacional e nacional;
6. Distribuição espacial do desenvolvimento econômico e social;
7. Evolução das políticas públicas nacionais de educação, saúde e segurança;
8. Evolução da inclusão social e dos níveis de bem-estar (saúde, pobreza, desigualdades sociais, emprego e renda);
9. Evolução dos mecanismos de controle e de conservação do meio ambiente;
10. Enfrentamento dos gargalos de infra-estrutura econômica (transportes e energia).

No que diz respeito aos ambientes mineiros, foram analisados:

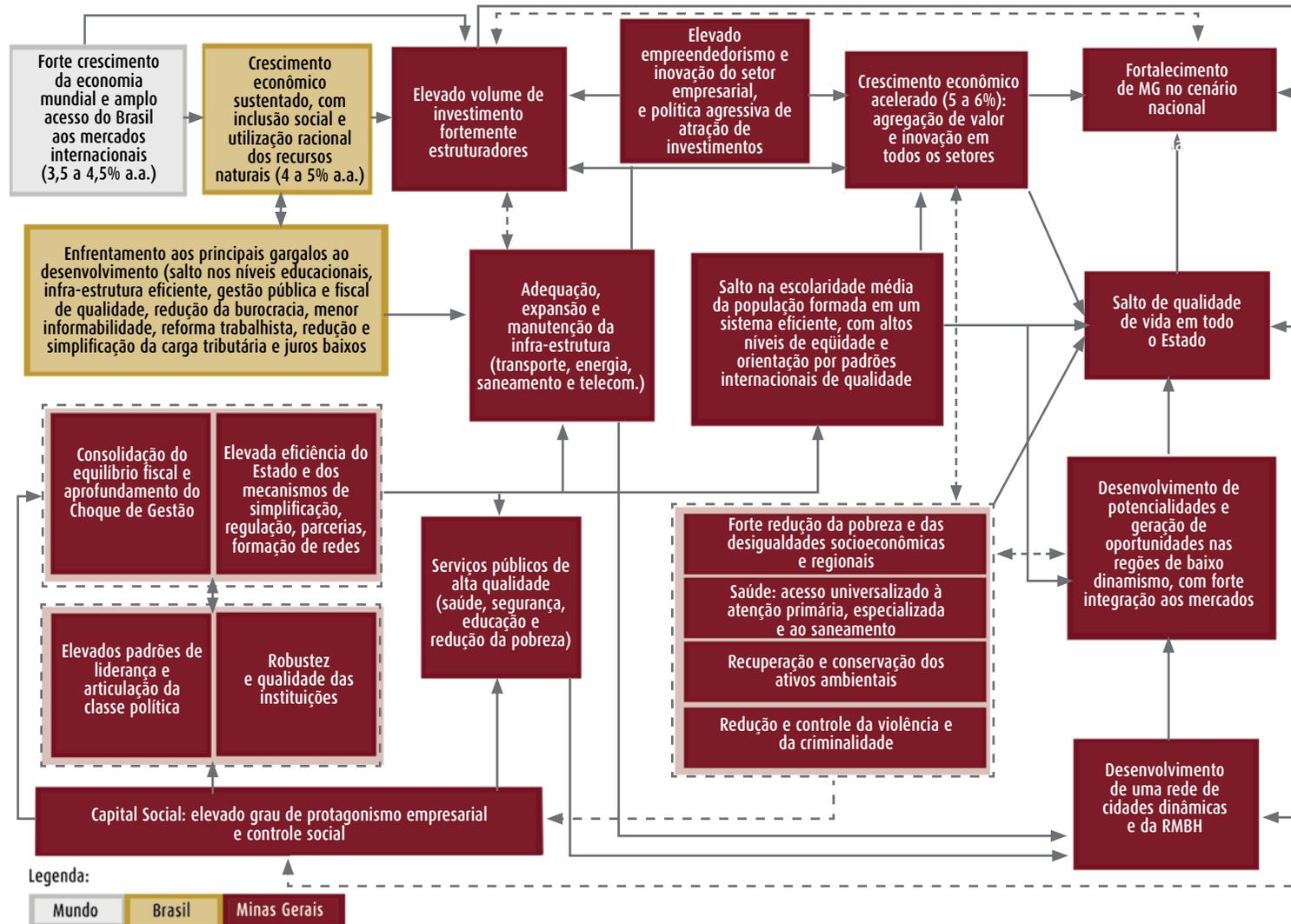
1. Padrão de liderança no cenário político e econômico nacional;
2. Continuidade da melhoria da gestão pública e consolidação do equilíbrio fiscal;
3. Protagonismo empresarial e controle social;
4. Capacidade de recuperação, modernização e expansão da infra-estrutura e dos serviços de logística;
5. Volume dos investimentos privados e crescimento econômico;
6. Agregação de valor, diversificação econômica e capacidade de inovação;
7. Evolução da qualidade do ensino e ampliação da escolaridade;
8. Evolução das disparidades regionais;
9. Evolução da pobreza, das desigualdades sociais e dos níveis de bem-estar social;
10. Evolução dos índices de violência e criminalidade;
11. Utilização sustentável dos ativos ambientais;
12. Desenvolvimento da RMBH e da rede de cidades mineiras.

Essas duas incertezas críticas formam dois eixos ortogonais, cujas correlações das hipóteses, configuradas em cada estado possível, diferenciam os quadros futuros possíveis de Minas Gerais. Os cenários de Minas Gerais para o horizonte 2007-2023 são construídos a partir da matriz de combinação destas duas incertezas críticas síntese, como mostra a figura abaixo:

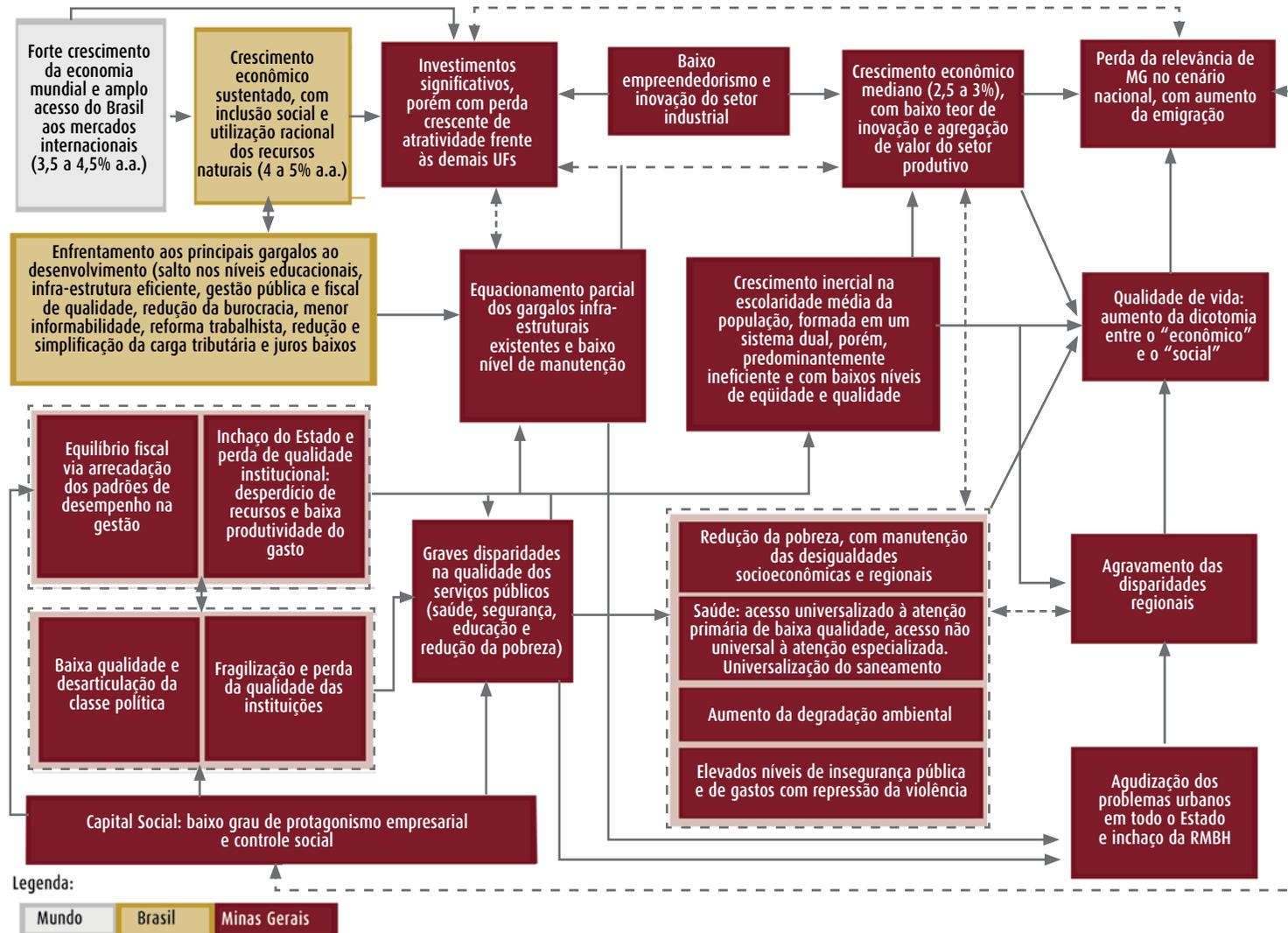


Os diagramas para cada cenário são apresentados a seguir:

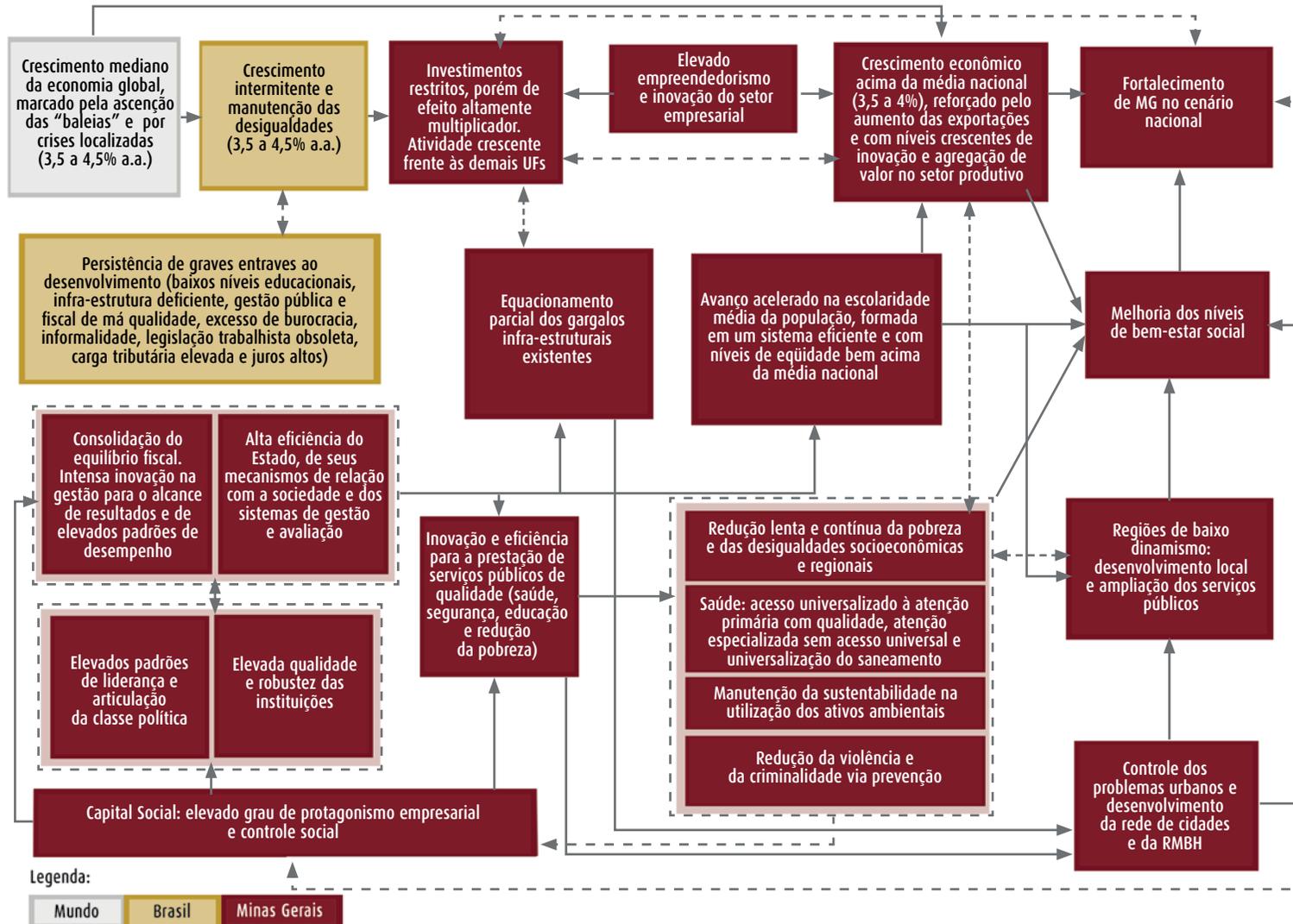
CENÁRIO I - CONQUISTA do melhor futuro



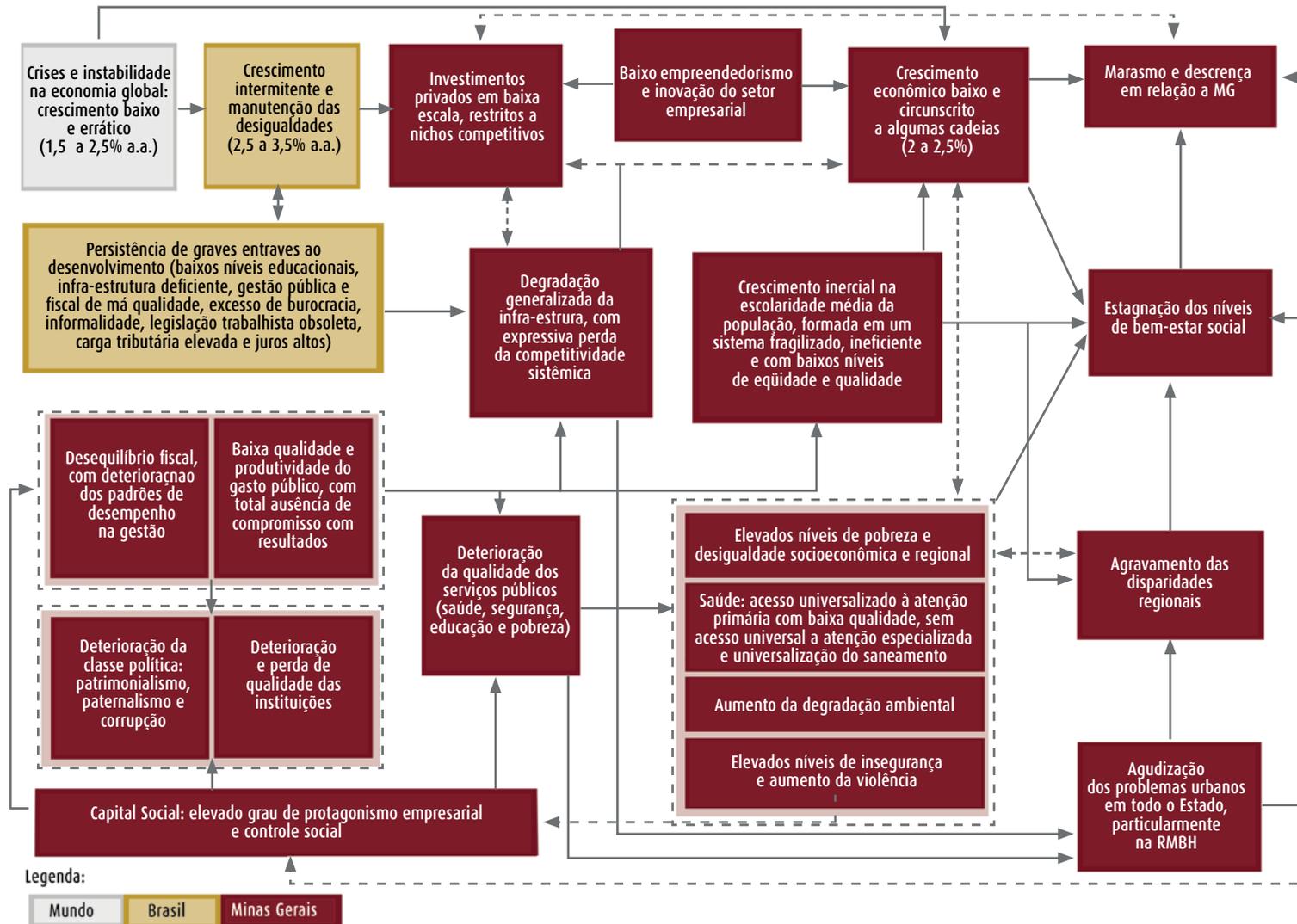
CENÁRIO II - DESPERDÍCIO de oportunidades



CENÁRIO III - SUPERAÇÃO de adversidades



CENÁRIO IV - DECADÊNCIA e empobrecimento



Participantes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

Membros Titulares do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Governador do Estado: Aécio Neves da Cunha

Vice-Governador: Antonio Augusto Junho Anastasia

Secretários de Estado do Governo de Minas Gerais

Governo: Danilo de Castro

Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Gilman Viana Rodrigues

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: Alberto Duque Portugal

Cultura: Maria Eleonora Barroso Santa Rosa

Defesa Social: Maurício de Oliveira Campos Júnior

Desenvolvimento Econômico: Wilson Nélio Brumer

Desenvolvimento Regional e Política Urbana: Dilzon Luiz de Melo

Desenvolvimento Social: Custódio Antônio de Mattos

Educação: Vanessa Guimarães Pinto

Esportes e Juventude: Fahim Sawan

Fazenda: Simão Cirineu Dias

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: José Carlos Carvalho

Planejamento e Gestão: Renata Maria Paes de Vilhena

Saúde: Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva

Transportes e Obras Públicas: Fuad Jorge Noman Filho

Turismo: Érica Campos Drumond

Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária: Manoel da Silva Costa Júnior

Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Norte de Minas:

Elbe Figueiredo Brandão Santiago

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: Deputada Ana Maria Rezende Vieira

Associação Mineira de Municípios: Celso Cota Neto

Universidade Estadual de Minas Gerais: Janete Gomes Barreto Paiva

Universidade Federal de Minas Gerais: Clélio Campolina Diniz

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais: Romeu Scarioli

Companhia Energética de Minas Gerais: Djalma Bastos de Morais

Fundação João Pinheiro: Afonso Henriques Borges Ferreira (interino)

Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais: Caio Nelson Lemos de Carvalho

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais: José Silva Soares

Fundação Estadual do Meio Ambiente: Ilmar Bastos Santos

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais: Oswaldo Borges da Costa Filho

Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais: Reginaldo Braga Arcuri

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais: José Geraldo Freitas Drumond

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais: Márcio Araújo de Lacerda

Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais: Roberto Simões

Associação Comercial de Minas: Charles Lotfi

Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas

Gerais: Arthur Lopes Filho

Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais: Olavo Machado Júnior

Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte: Roberto Alfeu Pena Gomes

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais: Vilson Luiz da Silva

Coordenação Intersindical dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Minas Gerais:

Geraldo Antônio Henrique da Conceição

Federação das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais: Vander Francisco Costa

Federação das Empresas de Transportes Rodoviários de Passageiros do Estado de Minas Gerais:

Waldemar Araújo

Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais: Ronaldo Scucato

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais: Afonso Maria Rocha

Central Única dos Trabalhadores: Marco Antônio de Jesus

Social Democracia Sindical – Minas Gerais: Aldo Geraldo Liberato

Força Sindical: Rogério Fernandes

Confederação Geral dos Trabalhadores: Wagner Francisco Alves Pereira

Cidadãos livremente designados pelo Governador do Estado

José Israel Vargas

Cláudio Moura Castro

Ivan Moura Campos

João Camilo Pena

Ronaldo Lamounier Locatelli

Luís Aureliano Gama de Andrade

Cláudio Chaves Beato Filho

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto

Patrícia Helena Gambogi Boson

Miracy Gustin

Conselheiros e Dirigentes do Setor Público Entrevistados

Antônio Eustáquio Óliver

Aluizio Fantini Valério

Carmen Rocha Dias

Celso Ferreira

Cláudio de Moura Castro

Clélio Campolina Diniz

Daniel Anilton Duarte Marques

Danilo Colares de Araújo Moreira

Eduardo Antônio Codo Santos

Eduardo Pereira Guedes Neto

Eduardo Lery Vieira

Elizabeth da Cunha Pimenta

Eugênio Villaça Mendes

Fádua Hamdan de Matos Bayão

Fernando Antônio Costa Janotti

Fernando Henrique Schuffner Neto

Fernando Lage de Melo

Flávio Decat de Moura

Genilson Ribeiro Zeferino

Gilberto José Rezende dos Santos

Gustavo de Castro Magalhães

Iran Almeida Pordeus

Ivan Moura Campos

James Eustáquio Barbosa Ladeia

João Antônio Filocre Saraiva

João Camilo Penna

Jorge Henrique Schmidt

José Elcio Santos Monteza

José Israel Vargas

José Silva Soares

Kennya Kreppel Dias Duarte

Leonardo Maurício Colombini Lima

Luis Flávio Sapori

Luiz Afonso Vaz de Oliveira

Marcos Antônio Frade
Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Maria Eliana Novais
Maria Coeli Simões Pires
Maria Luiza de Aguiar Marques
Maria Teresa Monteiro de Castro Lisboa
Marilena Chaves
Marta Maria Castro Vieira da Silva
Ramon Víctor César
Renata Maria Paes de Vilhena
Ricardo Augusto Simões Campos
Roberto Borges Martins
Rogério Aoki Romero
Romeu Scariolli
Scheilla Cardoso Pereira de Andrade
Teodomiro Diniz
Teodoro Alves Lamounier
Thiago Alvim Camargo
William Brandt

Coordenação do Processo de Elaboração
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Coordenador do Projeto

Tadeu Barreto Guimarães
Subsecretário de Planejamento e Orçamento

Coordenadores Técnicos

Bernardo Tavares de Almeida
Helger Marra Lopes

Consultoria Técnica
Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão

José Paulo Silveira
Cláudio Porto
Alexandre Mattos de Andrade
Andréa Belfort
Rodrigo Ventura
Gustavo Morsch
Davi Monteiro
Antônio Adolpho Pereira

Demais Técnicos e Especialistas Participantes

Adriana Cantarino
Afonso Henriques Borges Ferreira
André Victor Barrence
Camillo Fraga Reis
Carla Bronzo Ladeira Carneiro
Carla Renata Lima Campos da Gama Cerqueira
Carlos Eduardo da Gama Torres
Christiane Dominique Künzi
Claudia Bolognani Pereira
Cláudio Chaves Beato Filho
Diogo Sie Carreiro Lima
Diomar Donizete Silveira
Éber Gonçalves
Éder Sá Alves Campos
Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Elias Haddad Filho

Emília Andrade Paiva Turra
Fernando Martins Prates
Filipe Galgani Gomes
Frederico Poley Martins Ferreira
Gabriel Lara Rodrigues
Gislaine Ângela do Prado
Gustavo Geaquinto Fontes
Gustavo Gomes Machado
Henrique Naves Pinheiro
Hugo de Abreu Gonçalves
João Victor Silveira Rezende
José Marcos Pinto Álvares
Juliana de Lucena Ruas Riani
Juliana Martins Damasceno
Kamila Pagel de Oliveira
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Luiz Augusto Kauark Leite (in memoriam)
Maria Albanita Roberta de Lima
Maria Aparecida Arruda
Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves
Mariana Salazar Martins
Mauro César da Silveira
Mônica Moreira Bernardi Esteves
Myrian Mousinho Furtado Gomes
Raquel Andréia Franco
Raul Felipe Borelli
Roberta Queiroz
Rômulo Thomaz Perilli

Ronaldo Matias de Sousa
Samir Carvalho Moysés
Sandro Veríssimo Oliveira Miranda
Shelley de Souza Carneiro
Solimar Assis de Araújo
Thais de Castro Magalhães
Thiago Alexsander Costa Grego
Thiago Alvim Camargo
Thiago Coelho Toscano
Warlei Agnelo de Oliveira

